# REVISTA

DO

# INSTITUTO ARCHEOLOGICO

E

# GEOGRAPHICO PERNAMBUCANO




N. 38



RECIFE
TYPOGRAPHIA DE F. P. BOULITREAU
1890

# APONTAMENTOS

SOBRE

# A ILHA DE FERNANDO DE NORONHA

POR

## JOSE' IGNACIO DE ABREU E LIMA

EM 1857

—o—

A Ilha de Fernando, no Oceano equinocial, demora aos 3° 56' de Lat. S. por 34° 58' de Long. O. Està quasi fronteira ao Rio Grande do Norte, de cuja costa dista apenas 60 legoas. Póde não ser muito exacta a posição geographica, que indicamos, porque nos faltam os differentes Roteiros da Costa do Brazil para confrontal-a ; mas o certo é que a Ilha está, pouco mais ou menos entre 3°. 51' e 3° 56' de lat. meridional e na Long. oriental do Rio de Janeiro entre 10° 13' e 10° 18'.

A Ilha de Fernando foi provavelmente descoberta em 1503, pois que aos 16 de Janeiro do anno seguinte, fez El-Rei D. Manoel doação ao Cavalheiro de sua casa Fernão de Noronha, da Ilha de S. João, que elle novamente achara e descobrira, 50 leguas ao mar da terra de Santa Cruz, cuja mercê foi depois confirmada por El-Rei D. João III, em Carta passada a 3 de Março de 1522.

A Ilha de S. João não póde ser outra senão a de Fernando de Noronha, cujo nome tomou naturalmente do seu descobridor e primeiro donatario. Foi esta, sem a menor duvida, a primeira doação, que os Reis fidelissimos fizeram n'esta parte da America, que depois se chamou—Brazil, a cujo dominio sempre pertenceu e ainda hoje pertence a dita Ilha de Fernando.

O que de começo aconteceu, isto é, se a Ilha foi de facto povoada ou occupada pelo donatario, ou d'ella nunca mais se occupou, eis ahi o que se ignora completamente, porque não existe a menor noticia, nem d'ella faz menção escriptor algum até o anno de 1654, em que na capitulação com os hollandezes se falla da Ilha de Fernando (art. 29), como praça occupada por elles e devolvida pela dita capitulação aos portuguezes. D'ahi por diante existe outra lacuna até 1700, em que pela Carta Regia de 24 de Setembro d'este mesmo anno, mandou El-Rei D. Pedro II, que a dita Ilha ficasse pertencendo a Capitania de Pernambuco, *d'onde lhe ia o presidio* ; e que n'ella sempre houvesse dous Capellães. Todavia parece que a Ilha de Fernando continuou abandonada, porque em 1737 ella se achava occupada por alguns Francezes pertencentes aCompanhia Oriental de Commercio.

Com effeito, diz a synopsis dos factos principaes da historia do Brazil :

« A Ilha de Fernando, abandonada inteiramente de-
« pois da restauração dos Hollandezes, foi occupada por
« alguns Francezes. mandados para ali pela Companhia
« Oriental que pretendia apoderar-se d'ella. Informado
« El-Rei D. João V d'este acontecimento, mandou pela
« carta regia de 26 de Maio de 1737, ao Governador de
« Pernambuco, que fizesse occupar aquella Ilha com
« uma força tirada da guarnição d'esta praça ; para cu-
« jo effeito punha a sua disposição duas fragatas com
« sufficiente artilharia e munições de guerra ; Ordenan-
« do-lhe, outrosim, que, depois de occupada a Ilha, e
« expulsos os Francezes intrusos, fizesse n'ella as fortifi-
« cações necessarias com o fim de mantel-a em seguran-
« ça ; e mandasse para lá algumas vaccas e touros, eguas
« e cavallos e outros differentes animaes ; como tam-
« bem milho, feijão, legumes e toda a casta de sementes
« para irem cultivando, etc, Logo que aqui chegou a
« expedição de Pernambuco, composta de 200 homens,
« os poucos Francezes que se achavam na Ilha, a aban-
« donaram sem resistencia em Outubro do mesmo anno
« de 1737. »

Mais adiante diz a mesma synopsis que, restaura-

da a Ilha de Fernando pela expulsão dos Francezes, que a occupavam, mandara o Governador de Pernambuco, que então era Henrique Luiz Vieira Freire de Andrade, presidial-a com tropa; e em 1741 se construiram as suas fortificações, afim de impedir o contrabando com os Estrangeiros.

Eis ahi o que ha de historico sobre esta Ilha, tudo o mais é apenas tradiccional ou poderá constar de documentos ineditos, se os houver. Parece que para as obras de fortificação foram para ali mandados alguns condemnados a galés e soldados sentenciados ao carrinho; e desde então ficou o costume de se mandarem para ali cumprir sentenças os que eram condemnados a taes penas.

O presidio da Ilha constava de uma Companhia de qualquer dos dous Regimentos, de que se compunha a guarnição de Pernambuco, com os seus respectivos Officiaes, sendo o Capitão da Companhia destacada o mesmo Commandante do Presidio. Este destacamento era mudado annualmente, e durante o anno não havia outra alguma relação com a Costa firme do Brazil. Era absolutamente prohibido o levar para ali mulheres de qualquer condição que fossem, nem as familias dos proprios Officiaes do destacamento.

Este estado de cousas durou até o anno de 1817, em que, depois da revolução, fôra ali em commissão o Capitão de Infantaria José de Barros Falcão de Lacerda, e troucera comsigo a guarnição, archivo &; arribando porem de volta á Parahyba, foi preso ao dezembarcar como rebelde, e por consequencia perderão-se todos os documentos, que elle trazia. D'esde então a Ilha teve um Commandante militar independente do do destacamento; mas sempre da escolha e nomeação do Governador, Prezidente ou Governo civil qualquer de Pernambuco; até que em virtude de uma desintelligencia entre o Prezidente da provincia (Antonio Pinto Chichorro da Gama) e o Commandante das Armas (Brigadeiro Antonio Corréa Seára), o Governo Geral na Côrte nomeou, por Aviso de 6 de Outubro de 1845, o Brigadeiro graduado Francisco Sergio de Oliveira para Commandante da referida Ilha,

e d'este commando tomou posse em 12 de Abril do anno seguinte. D'ahi por diante todos os Commandantes, a excepção do Coronel Cypriano José d'Almeida (nomeado pelo Presidente de Pernambuco Honorio Hermetto Carneiro Leão), que fôra render em 1849 ao Brigadeiro Sergio de Oliveira, tem sido por nomeação do Governo Geral na Côrte

A administração interna do Presidio de Fernando é quasi a mesma, que existia á mais de um seculo, a excepção do Commandante militar da Ilha, que, como já disse, data de 1817. Presentemente o Presidio tem os seguintes Empregados :

O Commandante militar da Ilha, que, desde sua creação, tem sido quasi sempre um Official superior.

O ajudante da Praça ou do Presidio, quasi sempre Official subalterno.

O Commandante e Officiaes respectivos do destacamento, sem tempo fixo nem numero certo.

Trez ou quatro Officiaes reformados como Commandantes de algumas das fortificações da Ilha.

Um Capellão militar presentemente. Até 1855 era engajado por escolha do Bispo. Diz o Brigadeiro Sergio de Oliveira, no seu Relatorio de 25 de Maio de 1846, que até 1828 cumpria-se exactamente a Carta Regia de 24 de Setembro de 1700, na parte em que mandava, que n'aquella Ilha houvesse constantemente dous Capellães ; e que só d'aquella data em diante é que deixara de ser cumprida a citada C. R. cuja fiel execução elle reclama com todas as forças.

Um cirurgião militar presentemente. Tambem era engajado até 1853. Estas alterações, tanto do cirurgião como do Capellão, foram feitas á instancias minhas.

Um Almoxarife, que tem a seu cargo todos os objectos pertencentes a Fazenda nacional, existentes na Ilha.

Um Escrivão da mesma Fazenda, servindo ao mesmo tempo no civel e crime, sob a autoridade do Commandante, a quem ninguem conferio semelhante jurisdicção.

A respeito do material e pessoal da Ilha, isto é, do estado de todas as fortificações do Presidio propriamente dito, ou dos sentenciados, algumas reformas lembra-

das e reclamadas, descripção da parte relativa aos trez reinos da natureza, etc., podem ser consultados os seguintes relatorios, que devem existir archivados na Secretaria da Presidencia da provincia:

Relatorio apresentado pela Commissão composta do Tenente-Coronel Antonio Gomes Leal e do major Gustavo Adolpho Fernandes Pinheiro da Cunha em 20 de Novembro de 1844.

Dito apresentado pelo Brigadeiro Graduado Francisco Sergio de Oliveira, em data de 25 de Maio de 1846; é o mais explicito e minucioso.

Dito apresentado pelo Tenente-Coronel Francisco Felix de Macedo e Vasconcellos, em 2 de Março de 1852, é o que menos diz.

O maldito costume de reduzir no Brazil os empregos mais importantes a um certo modo de vida tem feito com que a situação do Presidio de Fernando se tenha tornado muito embaraçosa para o Governo. Presentemente a Ilha reclama para seus Commandantes a Officiaes superiores de grandes recursos intellectuaes, de uma moralidade á toda prova e sobre tudo de muita energia e força de vontade.

A falta de um Regimento ou de um Regulamento para o Presidio faz com que cada Commandante, logo que chega e toma posse crie uma especie de Pretorio, começando por desfazer tudo quanto fez o seu antecessor. O pessoal do Presidio deve ser recomposto de outra maneira mui distincta; e sobretudo a nenhum dos Empregados publicos deve ser permiitido o traficar, o que é causa da maior parte d'essas intrigas, insubordinações, deleixo e immoralidades que espantam.

## ASPECTO DA ILHA

Lugubre e triste é o aspecto da Ilha de Fernando, cercada de morros e de grandes rochedos destacados, nús e pretos pela maior parte, ou rajados de branco pelas immundicias de innumeraveis bandos de passaros aquaticos.

Eu suppunha que a natureza da Ilha fosse de terre-

no primitivo com sua base granitica ; examinando, porém, esses immensos rochedos e mesmo as pedras de que está coberto o solo em grande parte, achei que a base principal de todas as montanhas era de uma pedra negra ou pardacenta, dura e compacta ; em alguns lugares quebrada em pequenos prismas, as vezes misturada com talco (mica) ; o que me pareceu da natureza do Basalto, e mais ainda pelas camadas de lava, que se observa nos flancos d'essas montanhas tirando para o mar.

E tanto mais é para acreditar esta minha observação, quanto que todo o litoral da Ilha se acha coberto de seixo que para aqui vem e serve para calçar as ruas.

Entremeiado com o Basalto ha quantidade enorme de Schisto, que se revella pela sua qualidade de camadas sobrepostas, ou de lençoes ou de folhas, como a ardosia, etc. Servem-se d'esta pedra em Fernando para construcções, e até para calçar as estradas ; mas como os agentes athmosphericos lhe fazem perder a sua cohesão, o resultado é que as calçadas se inutilisam immediatamente e as pedras se desfasem em argila. Ha tambem abundancia de pedra calcarea ; mas não vi uma so pedra de natureza siliciosa ; nem em Fernando ha *areia* propriamente dita, apezar de ter a melhor areia preta que se conhece ; mas sabe-se o que é a tal areia preta. O que ali se chama commummente *areia* é uma especie de pó de pedra ou argila, isto é, verdadeira decomposição do Schisto.

Creio que a grande fertilidade da Ilha provém de que a camada, que cobre a base de pedra ignea ou do Schisto, é muito rica de terra vegetal ou de *humus* ; é mais ou menos espessa, principalmente nos valles ; talvez devido isto á prodigiosa quantidade de estrume animal ; ou por outra, do *detritus* de todas as substancias ou Corpos organicos, de que abunda a Ilha. A falta de bôas matas ou de grandes arvores faz com que sejão tão escassas as chuvas, que de outra sorte tornarião a Ilha talvez o Celeiro de Pernambuco.

Que todo o solo da Ilha é impregnado de muitos sáes, observa-se isto, facilmente, pela vista e pelo gosto d'agua das diversas vertentes, que ha n'ella. N'agua de

uma d'essas vertentes, para o lado do Forno da Cal, observei uma côr esbranquiçada como a das terras alcalinas e um gosto algum tanto forte na fonte; mas trazida para casa e deixada em repouso, perde a côr e o gosto completamente, e ao cabo de 48 horas torna-se perfeitamente potavel.

Eu não podia fazer uma só experiencia nem exame de qualidade alguma, porque me faltavam instrumentos, apparelhos, reagentes, e tudo quanto é necessario para trabalhos d'essa ordem. E porem vale a pena que o Governo se occupe disso.

Com quanto diga no seu Relatorio o Brigadeiro Sergio de Oliveira, que a Ilha tem trez legoas no seu maior comprimento e uma legoa de largura, não creio que de um a outro extremo possa haver mais de seis mil braças de extensão, e duas mil de largo, ou talvez pouco mais; salvo contando com os rochedos, destacados, e que formam, por assim dizer, uma especie de obra exterior. Sem embargo, ha muita terra para cultivar, muita para pastos artificiaes, e muita mais para bosques ou matos, si as quizerem plantar. O plantio das grandes arvores é a primeira cousa, em que se deve cuidar, como unico meio não só de conservar a fertilidade do solo, como tambem de evitar as repetidas seccas. Sabe-se geralmente em Pernambuco, que as grandes seccas dos nossos sertões começaram a apparecer depois das immensas derrubadas para a plantação do algodão, e que hoje estão completamente estereis alguns terrenos em outros tempos feracissimos, por causa do machado e das queimas.

O que ha de mais notavel, ou fere a vista dos que chegam á Ilha, são as duas enormes pedras: o Pico, que fica junto á praia do Santa Cruz, e a Sella Gineta, molle immensa, que fica a um lado do morro de Santo Antonio. Nas duas pequenas enseadas, tanto de Santo Antonio como de Sant'Anna ou da Villa, se poderia fazer um Quebra-mar com muita facilidade, ou uma caldeira para desembarque; porem é tal a desidia, que nem uma rampa se tem feito, havendo como ha tanta pedra.

Agora tratarei de algumas medidas, reclamadas ha muito, e ainda mais na actualidade, afim de que o Go-

verno possa aproveitar todas as vantagens que lhe offerece a singular situação da Ilha de Fernando. E para tornar mais facil ou mais comprehensivel o complexo d'essas medidas, as exporei em artigos separados, pela maneira seguinte :

## MEDIDAS RECLAMADAS PELA ACTUAL SITUAÇÃO DA ILHA DE FERNANDO

Art. 1.º A necessidade de um molhe ou de uma ponte de desembarque ; porque actualmente não se pode chegar á praia por causa da resaca, que é muito violenta, acontecendo que quasi sempre se molham os mantimentos e as mercadorias, quando dezembarcam ás costas dos carregadores. Mas para esta obra, aliás facil pela abundancia de pedra e de cal, que fornece a mesma Ilha, se necessita do plano, direcção e inspecção de um Engenheiro hydraulico.

Art. 2.º E' não só conveniente, como de necessidade absoluta, destruir o arvoredo existente e inutil, composto da Burra, arvore cujo leite é venenoso até pelo contacto, e que não serve nem sequer para lenha ; e do mulungú, que só serve para Jangadas, creando um incentivo constante para a fuga dos sentenciados. Feita a derrubada, é mister substituir immediatamente esse arvoredo por outro mais util, plantando madeiras de lei, e mesmo arvoredo mais ameno para sombra e consummo. De Pernambuco vae toda a madeira para construcção, até caibros e ripas &, quando poderia haver tudo isto com abundancia na mesma Ilha.

Art. 3.º E' uma vergonha, que no paiz, onde produz a melhor mandioca do Brazil, o Estado seja obrigado a mandar para ali farinha durante todo o anno.

A producção da Ilha é espantosa, não só em mandioca como em milho, feijão, gerimum, e outros muitos legumes. E' mister, além do cultivo da mandioca, um bom apparelho a proposito para fabrical-a em ponto grande, fornos economicos, etc. Para isto convem que o Governo proporcione todos esses preparos com antecedencia, no que muito lucrará ou economisará para o futuro.

Art. 4.° Actualmente da-se uma quarta de farinha de dez em dez dias (costume antiquissimo) e 40 réis diarios a cada sentenciado: o que é insufficiente para a sua sustentação. Em uma Ilha tão piscosa como aquella e farta de pão de toda especie, porque especialmente a batata pode ali produzir de uma maneira assombrosa, é inhumano que se deixe morrer de fome a esses desgraçados condemnados ao trabalho.

Art. 5.° O Presidio tem hoje perto de 600 sentenciados (se ja não excede desse numero), o que já forma uma grande Penitenciaria; e por tanto é mister prover a segurança de toda essa gente para que não se repitam essas fugas continuas, que não póde impedir a pequena guarnição militar, que para ali destaca. E como seria impossivel manter ali um Batalhão, é de necessidade absoluta, que exista constantemente n'aquellas aguas uma embarcação de guerra das da Estação naval de Pernambuco, revesando-se todos os mezes. Esta medida não é nova, e já ali esteve em pratica desde fins de 1849 até fins de 1850; em cujo tempo não houve uma só fuga de presos, nem tentativa de nenhuma especie.

Art. 6.° Tambem não se poderia pôr em execução o projecto da pesca em grande escalla sem a protecção de um navio de guerra; visto que os sentenciados poderiam fugir com as lanchas destinadas para esse fim, como já aconteceu no tempo da administração do Coronel Francisco José Martins, segundo me recordo.

Art. 7.° A Ilha produz o melhor algodão do mundo, que cultivado e fiado serviria ao menos para vestuario dos sentenciados, que as vezes andam quasi nús, porque apenas se lhe distribuem de tempos a tempos alguns saccos grosseiros e rôtos para que façam d'elles camisas e calças; entretanto que se exige d'essa pobre gente um trabalho quotidiano e forçado; e mesmo para tel-a occupada, e evitar assim que pense em outra cousa ou prepare a sua fuga.

Art. 8.° O terreno da Ilha é de uma uberdade espantosa; mas em alguns annos soffre seccas; e sendo abundante de vertentes, chega as vezes a faltar agua até para beber. Os empregados bebem agua de cis-

terna; as que porém haviam estão quasi em estado de não servirem senão a dos Remedios: é mister portanto reparal-as. Convém igualmente formar grandes depositos d'agua ou açudes n'essas vertentes, o que seria facil, uma vez que houvesse quem dirigisse esses trabalhos segundo as regras da arte.

Art. 9.° Todo o solo da Ilha é impregnado de muitos saes, o que se revella pelo máo gosto d'agua, e até pela côr; e diz-se geralmente que ha ferro, carvão, ardosia, e talvez outros mineraes. Seria conveniente que o Governo mandasse explorar e examinar a Ilha por um habil naturalista.

Art. 10. Nenhuma outra parte do Brazil offerece as vantagens para uma Penitenciaria como a Ilha de Fernando, onde se poderiam ensaiar todos os systemas sem inconveniente. E porém o principal deveria ser o de uma colonia agricola penal ou de repressão; e se se quizesse, tambem outra do mesmo genero puramente manufactureira, pois ha proporções para tudo; e sendo, como é, excellente o clima da Ilha muito salubre e fóra de todo o contacto com o resto do Imperio.

Art. 11. E' de uma necessidade absoluta (e parece incrivel que até hoje ninguem tenha pensado n'isso) que de tempos a tempos vá ali um Missionario Capuchinho fazer as suas missões. Não sei como um estabelecimento d'aquella ordem póde manter-se somente por meio da força bruta; é mister a força moral, que só se póde tirar da religião. Talvez seria melhor contractar para esse fim um Padre Lazarista; porque são esses Padres os que melhor tem provado no serviço especial das prisões.

Art. 12. A Ilha sempre teve dous Capellães, em tempo que só havia um pequeno numero de sentenciados; e parece que, á proporção que fôra esse numero augmentando-se, é que se julgou conveniente reduzil-os a um só. O que acontece é que, pelo tempo quaresmal, ficam por confessar e desobrigar muitos sentenciados, as familias d'estes, e até dos proprios empregados.

Art. 13. Tambem seria conveniente melhorar as

raças do gado vaccum, cavallar ; assim como do lanigero que lá existem ; e que se multiplicam com muita facilidade. As raças que existem estão degeneradas : o gado é pequeno, os cavallos ruins, as ovelhas e cabras de má qualidade.

Art. 14. A administração interna do Presidio necessita de um Regulamento especial, que nunca teve, por isso sempre foi muito defeituosa ; vendo-se os Commandantes militares muitas vezes com as mãos atadas para obrarem, ou obrando discricionalmente ; o que produz desgostos, e traz comsigo serios inconvenientes. Quantos crimes horrorosos occultos n'aquelle torrão ! quanta torpesa, quanta immoralidade, até de parte d'aquelles que deveriam dar exemplo de uma honestidade, ao menos apparente ! Ignora acaso o Governo tudo isto ?

Art 15. Todavia o regimen do Presidio não póde ser por ora senão militar, unica maneira de manter e conservar a disciplina entre um numero tão crescido de indoles e caracteres tão distinctos; mas conviria ao mesmo tempo adoçar esse regimen por meio de certas recompensas, que attenuem a necessidade do castigo. Uma conducta exemplar ou mesmo regular devia servir para modificar a pena, e algumas vezes para diminuir o tempo do degredo a todo aquelle que se comportasse bem.

Art. 16. Muitos sentenciados levam comsigo suas familias, que vivem na miseria por falta de meios de subsistencia ; seria portanto conveniente empregal-as em occupações proprias do seu sexo e idade, cortando-se assim a penuria e até a devassidão em que vivem, dando-lhes meios de formarem um peculio para si, e fazendo crear n'essa gente o amor ao trabalho. Seria como uma educação dada á essa pobre gente, que muito lhe serviria para o futuro. O que acabo de dizer acerca das familias livres deve applicar-se, ainda com maior força de razão, as mulheres condemnadas, que para ali vão cumprir suas sentenças e já hoje em numero crescido.

Art. 17. Uma vez que a Ilha seja franqueada, e mesmo para evitar os naufragios, que em suas costas tem feito muitas embarcações estrangeiras em differentes

épocas, conviria estabelecer um Farol no morro chamado do Francez, e um peque no telegrapho para signaes. O que seria facil pelos meios que a mesma Ilha offerece para a construcção dessas obras, sendo que a despeza se reduziria n'este caso ao custo do machinismo, e com o Engenheiro que o fosse collocar ou dirigir a obra.

Art. 18. Pelo excessivo crescimento dos habitantes da Ilha seria mister conservar ali constantemente dous medicos ou Cirurgiões militares, pois é quasi impossivel que um só facultativo possa satisfazer as necessidades de uma população, que talvez exceda hoje de mil pessôas, e que deve ainda crescer para o futuro. Esta medida já fôra reclamada em tempo do Brigadeiro Francisco Sergio de Oliveira em 1846, e por outros Commandantes da mesma Ilha.

Art. 19. No caso de se crearem em Fernando para o futuro colonias penaes ou de repressão para homens e mulheres, o regimen interno ou direcção immediata para a primeira deve ser confiada a um Padre Lazarista ou Capuchinho, e para a segunda ás Irmãs da Caridade. Tal é a opinião de muitos escriptores, entre elles especialmente do Conde A. de Tourdomet em uma memoria que tem por titulo – Colonias agricolas em França e Argél—publicada na Revista Comtemporanea de 15 de Outubro do anno proximo passado; como tambem foi sempre esta a minha opinião, segundo se lê na Memoria sobre colonisação interna com os proprios filhos do paiz, que publiquei na *Barca de S. Pedro* e no *Diario Novo* de 1848 n'esta Cidade.

Recife de Pernambuco 4 de Fevereiro de 1857.

(Assignado).—*Abreu e Lima*,

---

## ARTIGOS SUPLEMENTARES

Art. 20. Não deixarei de insistir sobre uma das primeiras necessidades, que hoje experimenta o Presidio de

Fernando. Para evitar a falta d'agoa potavel, que se dá muitas vezes n'aquella Ilha para a gente e animaes, bastaria fazer depositos permanentes ou açudes em todas as fontes, e ainda mesmo nos lugares, onde as não ha, recolhendo as agoas das chuvas, como no Sueste, Leão, Dous Irmãos, Boldrò, etc. Isto mesmo foi aconselhado por mim ao Coronel Cypriano José de Almeida, quando ali estive em 1849 e 1850, e ultimamente ao actual Commandante, Coronel Antonio Gomes Leal.

Art. 21. A Ilha de Fernando póde ser, como já disse, o Celeiro de Pernambuco; tanto mais porque não podem ali conservar-se os Cereaes por mais de tres mezes; visto que são acommettidos por um insecto da familia dos Coleopteros, que os destróe. Antes de tudo seria conveniente ensaiar algum methodo para conserval-os. Além da prodigiosa producção da mandioca, muito rica em amido, do milho e do feijão, poderia produzir enorme quantidade de batata ingleza, e mesmo da batata dôce, chamada Rainha, muito nutritiva não só pela abundancia da fecula como pela parte saccarina que contém. Um Inglez, dono da Ilha de Santo Aleixo, defronte da Costa do Rio Formoso, plantou ali a batata ingleza (alias de origem americana), e no espaço apenas de sete semanas colheu melhores batatas que as que nos vêm da Europa.

Art. 22. Outro genero de cultura, que deveria ensaiar-se, é a do fumo para charutos. Creio que a Ilha de Fernando ha de produzir excellente fumo ( que ali é já espontaneo) pela condicção do terreno, quasi como o da Ilha de Cuba, cujo aspecto é muito parecido ; e muito mais porque o melhor estrume para o fumo é o de Vacca ou Carneiro (nunca o de Cavallo) ; e esse estrume póde com facilidade reunir-se na Ilha onde ha rebanhos das duas especies.

Art. 23. Havendo, como ha, e podendo plantar-se tanto algodão como se queira, e de excellente qualidade, poderia para o futuro estabelecer-se com os braços dos sentenciados uma grande fabrica de fiação e tecidos do mesmo algodão ; seria esta a primeira industria penitenciaria. Entretanto poderia ensinar-se os teares do

mão, como se uza nos Estados Unidos, e até mesmo no Departamento da Magdalena na Nova Granada, onde se fazem redes, toalhas e tecidos tão finos e delicados de algodão, que os Estrangeiros preferem aos de linho, porque são mais bonitos, e infinitamente mais duradouros.

Art. 24. Hoje sabe-se, que a nossa carrapateira produz e alimenta uma especie do bicho da seda (Bombix Cynthia), que póde educar-se e melhorar-se até igualar á melhor especie da Asia, segundo acaba de informar ao Governo da Provincia o Sr. Brunet, um dos Professores do nosso Gymnasio. Ora, a Ilha de Fernando produz expontaneamente a carrapateira branca (Ricinus communis) e em nenhuma parte se poderia ensaiar com mais vantagem a producção e a educação do bicho da seda, porque até se poderia fazer na propria arvore, visto que ali não ha passaros, que comam os insectos, nem muita formiga, pois não vi ali senão uma especie e creio que não existe outra.

Art. 25. E' mister insistir na necessidade de fazer vir dous Padres Lazaristas para a Ilha de Fernando; porque são elles os que se occupam especialmente das prisões e onde tem provado uma especial vocação. E' um escandalo que aquella pobre gente, na sua triste peregrinação ou no seu isolamento do mundo, não encontre uma só palavra de conforto, um só conselho de resignação ! Se o governo visse, ouvisse ou conhecesse os Capellães, que para ali vão ! ! !

Art. 26. Convém insistir uma e mil vezes repetindo, que é uma vergonha, que d'aqui vá uma sacca de farinha para Fernando, é uma miseria que o Governo dispenda um só vintem com aquelle Presidio, em vez de lucrar, quando não recebendo o producto do trabalho dos sentenciados (o que não seria justo nem modesto) ao menos poupando as sommas, que hoje gasta sem a menor utilidade. Uma só despeza e por uma só vez, montaria duas ou tres penitenciarias modello ; e d'ali por diante tudo correria por conta do trabalho forçado, que bem prompto se tornaria livre e bem espontaneo pela utilidade e conforto do regimen penitenciario, e pela educa-

ção, que receberiam esses miseraveis, postos ao abrigo da indigencia e da prostituição,

Art. 27. Dizem que ha indicios de carvão de pedra assim como ha de ferro; porque pois não se trata de examinar se existem esses jazigos, sua qualidade e riqueza?

Tudo isto poderia concorrer para dar andamento e força à idéa de uma Penitenciaria e até mesmo de grandes estabelecimentos, tornando d'est'arte aquella Ilha um dos mais importantes dominios do Brazil.

Recife de Pernambuco, 4 de Dezembro de 1857.

Assignado.—*Abreu e Lima.*

---

# DOCUMENTOS HISTORICOS (*)

---

**Copia de um officio de Manoel de Carvalho Paes de Andrade e da acta do collegio eleitoral que o elegeu presidente do Governo Provisorio de Pernambuco, e declarou não dever eleger novos deputados, cumprindo subsistissem os dissolvidos. — 1824.**

« N. 44.—Illm. e Exm. Sr.—Apreço-me a comunicar a V. Exc. para que leve a Augusta Prezença de Sua Magestade Constitucional a copia junta da Acta do Colegio Elleitoral desta Provincia, reunido no dia oito deste mez, na conformidade da Acta de treze, da qual verá V. Exc., e o mesmo Augusto Senhor a alteração que ouve no Conselho do mesmo Governo.

« Igualmente rogo a V. Exc. que assegure a Sua Magestade Imperial, que esta Provincia goza de algum socego, e que espero, que de todo se restabeleça a tranquilidade publica.

« Deus guarde a V. Exc. muitos annos. Recife de Pernambuco 10 de Janeiro de 1824.—Illm. e Exm. Sr. João Severianno Maciel da Costa.—*Manoel de Carvalho Paes de Andrade,* Prezidente. »

Confere:—O Official, *José Thomaz de Oliveira Barboza.*—O Director, *Joaquim Pires Machado Portella.*

—

« Termo de Elleição do Prezidente, Secretario, e Membros de Conselho do Governo Provizorio da Provincia, elleito pelo Collegio Elleitoral das Comarcas desta Cidade d'Olinda, e do Recife. Aos oito dias do mez de Janeiro de mil oito centos e vinte quatro, tercei-

---

(*) Estes documentos foram mandados copiar do Archivo Publico pelo seu digno Director, Dr. Joquim Portella.—*Da Redação.*

ro da Independencia do Brazil, e do Imperio, nesta Cidade de Olinda em Cathedral della, e Sancta Sé, onde se achavão congregados o Illustre Senado da Camara desta mesma Cidade e os Elleitores de Parochias, que forão convocados para a factura de novo Governo, pela dimissão do Governo Provizorio tratada em Conselho de treze de Dezembro do anno proximo passado, e tão bem para elleição de novos Deputados para o Congresso Constituinte e Legislativo, na conformidade do Decreto de Sua Magestade Imperial e Constitucional, de dezesette de Novembro do mesmo anno, e procedeo-se a Elleição do Prezidente e Secretario, em consequencia da representação, que fez o Collegio Elleitoral a Sua Magestade Imperial, ponderando os justos motivos, que obrigavão a ditta elleição, cuja representação será encaminhada pelo Senado, ficando registada no mesmo Senado, e feitas as formalidades do estillo sahirão elleitos para Prezidente o Exm. Manoel Carvalho Paes de Andrade, para Secretario o Bacharel José da Natividade Saldanha, para Conselheiros o Dr. Bernardo Luiz Ferreira, o Dr. Manoel Ignacio de Carvalho, o Dr. Francisco Xavier Pereira de Britto, o Padre Manoel Silvestre d'Araujo, Manoel Paulino de Govêa, o Padre Domingos Alves Vieira; e quanto a factura dos ñovos Deputados, foi decidido por unanimidade de votos, que se não ellegião, porque tendo esta Provincia já elleito aquelles que devião fazer, e firmar o Pacto Social, e a Legislatura Nacional, e não tendo ainda estes concluido esta Soberana Commissão, e nem prostituido o seu caracter, era contrario a dignidade, e decóro desta Provincia nomiar novos, e mesmo contrario á direito; porque os Procuradores depois de se fazerem Senhores do negocio, não podiam ser expulsos, se não por prevaricação, ou suspeição, o que não existia nos dignos Deputados desta Provincia, e porque tambem o facto da dissolução do Congresso, não era dissolutivo dos Direitos dos Povos em conservarem os seus mesmos Reprezentantes, tendo antes em sustentação de sua dignidade o testemunho respeitavel de Sua Magestade Imperial em Decreto de treze de Novembro do anno proximo passado, em que altamente confessa, que a excepção

d'alguns Deputados, em todos os mais brilhavão as qualidades de verdadeiros Representantes do Grande Imperio Brazileiro. Ficou recolhida ao Archivo deste Senado a Pauta das Elleições para a todo o tempo constar, e fez-se este termo, em que se assignarão este dito Senado, e o todo mais Corpo Elleitoral. E eu José Mauricio de Oliveira Maciel, Escrivão Interino da Camara.—Francisco Cezario de Mello.—Francisco Antunes Ferreira.—Ignacio de Almeida Sarinho.—Manoel d'Assumpção Padilha.—João Lopes do Nascimento.—Manoel Paulino de Gouvêa, Secretario do Collegio Elleitoral.— Manoel Silvestrede Araujo, Escrutinador. — Domingos Alves Vieira, Escrutinador do Collegio Elleitoral. —José Affonso Ferreira. — Marcos Bizerra Campello. —Thomaz José Alves de Siqueira.—Antonio de Albuquerque Mello Montenegro.—Antonio Elias de Moraes.—João de Albuquerque Barros.—Bazilio Quaresma Torreão.--Francisco Machado Teixeira Cavalcante.—Francisco Manoel de Barros.—Amaro Francisco de Moura. -Antonio Xavier de Andrade Carneiro da Cunha.—José Ignacio Cavalcante.—Francisco Gonçalves da Silva Junior.—João Saraiva de Araujo. - Antonio da Silva Pessoa de Albuquerque.—José da Silva Reis.—O Padre José Felix Pereira.—José Pedro Ferraz de Azevedo.—Francisco Jozé Pereira Cavalcante e Albuquerque.—João Joaquim da Cunha Rego. - Vicente de Paula Cavalcante de Albuquerque.—Bernardino Pereira de Brito —Luiz Jozé de Albuquerque Cavalcante Lins. - João Gomes Ferreira de Abreo e Mello.—Caetano Camillo Pessoa.—Tiburtino Pinto de Almeida.— Joaquim Mauricio Xavier.—Manoel Ignacio Bezerra de Mello.—Henrique Poppe Girão.—José de Sá Albuquerque Mello Gadilha.—Manoel Jozé de Souza Costa.—João Lins Cavalcante de Albuquerque.—Jozé Felicio de Meira Lima.—João Cavalcante de Albuquerque. -Francisco Honorio Bezerra de Menezes.—Francisco Soares de Albuquerque.—Manoel da Costa Henriques.—Joaquim da Silva Gusmão.—Francisco da Silva Gusmão.—Francisco Xavier Vaz da Silva.—Bernardino Rodrigues Ferreira.—Jozé Luiz da Silva Barboza.—Joaquim Cavalcante de Albuquerque.—

João Baptista Bezerra Cavalcante.—Antonio Maximo de Souza.—Domingos de Albuquerque Montenegro.—Francisco Gomes de Araujo Vasconcellos.—O Padre Manoel João de Vasconcellos Borba.—José Jeronymo Pacheco de Albuquerque Maranhão.—Manoel Bizerra de Vasconcellos.—João Vieira de Araujo.—Jozé Antonio Esteves.—Jozé Pedro dos Reis Carneiro.—Jozé Victorianno Delgado de Borba Cavalcante de Albuquerque.—João Francisco Bastos.—Manoel Gomes de Andrade Lima.—Francisco das Chagas Cavalcante.—Raymundo Thomaz Pereira Dutra.—Bernardo de Allemão Cysneiros.—Francisco Xavier Lima.—Manoel Gomes da Silva.—Manoel Jacome Bizerra.—O Padre João Ferreira Rabello.—José do Rego Barros.—Antonio Julião Roginira.—Francisco João do Pillar.—Jozé Tavares Gomes da Silva.—O Padre Domingos Carneiro Cavalcante Albuquerque.—Wenceslão Bandeira de Mello.—João Angelo de Souza Franco.—Jeronimo Gonçalves dos Santos.—Vicente Ferreira Mendes.—Francisco Delgado de Borba.—Christovão das Mercês Gonçalves Guerra.—Eloi da Cunha Pereira.—Manoel da Motta Silveira. E não se continha mais em ditto termo e assignaturas, ainda que estas vão continuando no respectivo Livro, que eu Luiz Jozé de Sampayo, Escrivão da Camara copiei bem, e fielmente do ditto Livro, e assignei.—*Luiz José de Sampayo.* »

Confere:—O Official, *Jozé Thomaz de Oliveira Barboza.*—O Director, *Joaquim Pires Machado Portella.*

---

## Copia de um officio documentado da Camamara de Olinda, no qual se vê o historico do começo da revolução de Pernambuco em 1824.

« *Senhor.*—A Camara da Cidade de Olinda, Capital da Provincia de Pernambuco leva á Augusta Prezença de Vossa Magestade Imperial Constitucional todos os

acontecimentos da mesma Provincia desde o dia 13 de Dezembro do anno proximo preterito até oje. No dia 13 de Dezembro estando servindo de Prezidente da Junta Governativa Francisco Paes Barreto, somente com dous Membros, convocou hum Conselho, em que pedirão suas demissões, protestando que se lhes não concedesse, não voltarião ao Governo, expendendo á face do mesmo Conselho, o que demonstra o documento n. 1.

« Obtendo suas demissões era forçoso a nomeação de um Governo Temporario, para não cair a Provincia em anarchia : e foi nomeado pelo mesmo Conselho Manoel de Carvalho Paes d'Andrade para Prezidente. Como porém não fosse esta elleição legal, mas só feita pela necessidade, forão convocados os Elleitores de Parochias, e no dia 8 de Janeiro do corrente, congregados na Cathedral d'esta Cidade, feitas as solemnidades do costume, em virtude da Lei de 20 d'Outubro do anno passado, se procedeo a nomeação de Prezidente, Secretario e Conselho, bem que fosse da attribuição de Vossa Magestade Imperial e Constitucional, a nomeação de Prezidente e Secretario, com tudo a necessidade exigia prompto remedio á obviar males que podião sobrevir. Ficou reelleito á pluralidade de votos o mesmo Manoel de Carvalho Paes d'Andrade ; n'este acto ós Elleitores apresentarão a Meza Elleitoral, presidida por esta Camara huma representação para ser enviada a Vossa Magestade Imperial Constitucional, em que submissamente imploravão a confirmação do Prezidente, como consta do documento n. 2.

« Sendo enviada a mesma representação, esperavamos anciosamente a decisão do negocio, que se achava affecto a Vossa Magestade Imperial, quando pelo Commandante da Fragata *Nitherohy* foi annunciado em hum proclama não haver chegado a Imperial Prezença a dita representação ; por isso novamente esta Camara torna a representar por seu Procurador afim de ser prezente a Vossa Magestade Imperial todos os acontecimentos da dita Provincia. Estando assim occupando o lugar de Prezidente o mencionado Manoel de Carvalho Paes d'Andrade, apareceo a Carta Imperial de nomea-

ção de Prezidente, feita na pessoa de Francisco Paes Barreto ; depois d'officios que o mesmo dirigio ao Prezidente actual, Commandante das Armas e outras Authoridades nos fez sciente d'essa nomeação, como se vê do documento n. 3, ao qual repostamos, documento n. 4. Não satisfeito o Prezidente nomeado, com as respostas que devia esperar a decisão de Vossa Magestade Imperial, porque sem duvida recahio n'elle a nomeação, na hypothese de ter a confiança publica, base mais solida das Authoridades : instou de novo ao actual Prezidente, este não querendo por si decidir negocio de tanta consideração, convocou hum Conselho das Municipalidades para serem os juizes da causa, e juntos no dia 21 de Fevereiro, dicidirão unanimemente o que consta do documento n. 5. A decisão do Conselho que devia pacificar o nomeado Prezidente, por ser hum demonstrativo da má opinião, em que está pela sua conducta no anterior Governo, não produzio o effeito que dictavão a prudencia, a razão, a Justiça e amor da Patria ; dirige-se aos Commandantes dos Corpos de 1.ª Linha e póde alliciar alguns ; estes prenderão o actual Prezidente no dia 20 de Março do que já demos conta a Vossa Magestade Imperial Constitucional. Chegando depois a este Porto as Fragatas *Nitherohy* e *Piranga*, com o fim de fazer empossar o Prezidente nomeado, esta Camara officiou ao Chefe da Expedição, expondo-lhe as criticas circumstancias da Provincia, documento n. 6, teve em resposta o que contém o documento n. 7.

« O actual Prezidente querendo fazer vêr ao ditto Commandante qual era a opinião da Provincia, convidou a comparecer em um grande Conselho, ou mandasse hum delegado ; cujo resultado consta do documento n. 8.

« He o que temos de levar a Augusta Prezença de Vossa Magestade Imperial Constitucional implorando por todos os modos da Imperial Bondade a Benigna Condecendencia com os votos d'este Povo, se assim fôr do Agrado de Vossa Magestade Imperial.

« Deus Guarde a Vossa Magestade Imperial Constitucional, como havemos mister. Cidade d'Olinda em Camara extraordinaria, 13 d'Abril de 1824.—Francisco

Cezario de Mello. — Manoel de Assumpção Padilha — Ignacio de Almeida Sarinho.—Boaventura de Mello Castello Branco.—Ignacio Pereira Brandão. »

Conforme.— O Official, *José Thomaz de Oliveira Barbosa.*—O Director, *Joaquim Pires Machado Portella.*

—

«Satisfaço a incredulidade de Vossas Senhorias com a copia inclusa. Deus Guarde a Vossas Senhorias. Engenho Velho, 13 de Fevereiro de 1824. — Illustrissimos Senhores Presidente e Membros da Camara de Olinda. —*Francisco Paes Barreto.* »

Conforme,—O Official, *José Thomaz de Oliveira Barboza.*—O Director, *Joaquim Pires Machado Portella.*

—

« Recebemos o officio de Vossa Senhoria datado de 13 do corrente, que acompanhou a copia da Imperial Carta de Nomeação de Presidente do Governo da Provincia ; longe de desobedecermos aos Mandados de Sua Magestade Imperial e Constitucional, temos a dizer a Vossa Senhoria que este Senado fez presente ao Mesmo Augusto Senhor a representação que dirigirão os Elleitores da Parochia no acto da Elleição do Excellentissimo Governo actual, e parece que nada cumpre innovar, sem a decisão della. Como porém o Exm. Governo da Provincia tem determinado fazer um Conselho das Camaras da Provincia no dia vinte hum do corrente sobre este objecto, a decisão do mesmo Conselho servirá de governo á Vossa Senhoria, Deus guarde a Vossa Senhoria. Olinda, em Camara, 18 de Fevereiro de 1824.—Illm. Sr. Francisco Paes Barreto.—Francisco Cezario de Mello.—Manoel d'Assumpção Padilha.—Ignacio de Almeida Sarinho.—Boaventura de Mello Castello Branco,—João da Costa Silva. Está conforme.—O Escrivão da Camara.—*Luiz José de Sampayo.* Conforme.—O Official, *José Thomaz de Oliveira Barboza.*—O Director, *Joaquim Pires Machado Portella.* »

Esta Camara bem persuadida de que Sua Magestade o Imperador Constituicional não pode estar ao facto de todos os desgraçados acontecimentos desta Provincia causados pelo Barão do Cabo Francisco Paes Barreto, e meia duzia de malvados ambiciosos ; e que se os soubera, sem duvida o não nomearia Prezidente, pois que é justo e amigo da ordem, tomo a deliberação de remetter a Vossa Senhoria os documentos juntos, para á vista delles parar na pretenção, até que Sua Magestade Imperial Constituicional decida a questão, pois que nisto faz V. S.ª um grande serviço ao Mesmo Augustissimo Senhor, e salva esta Provincia dos orrores, que necessariamente se devem seguir a entrada da Presidencia de um homem odiado de todo este Povo. Deus guarde a V. S.ª.—Cidade de Olinda em Camara 3 de Abril de 1824.—Illm. Sr. Capitão de Mar e Guerra Commandante da Divisão Nacional e Imperial João Taylor.—Francisco Cesario de Mello.—Manoel d'Assumpção Padilha. —Ignacio de Almeida Sarinho, Boaventura de Mello Castello Branco.—Ignacio Pereira Brandão. Está conforme.—O Escrivão da Camara, *Luiz José de Sampayo.* —Conforme.—O Official, *José Thomaz de Oliveira Barboza.*—O Director, *Joaquim Pires Machado Portella,*

—

Illms. Sr. Accuso a recepção do officio de Vossas Senhorias dactado de tres deste mez, em o qual me fazem sentir o interesse que tomão pelos successos desta Provincia, em consequencia da nomeação que Sua Magestade Imperial Ha feito para Prezidente do Governo na pessoa do Excellentissimo Senhor Francisco Paes Barreto, exigindo comtudo de mim que eu suspenda na execução das ordens e instrucções, que me foram dados, até ulterior decisão do Mesmo Augusto Senhor, medida que alem de ser pouco rasoavel da parte de Vossas Senhorias, e demais inadmissivel, segundo as minhas instrucções, e segundo os principios de justiça, que alias deve ser a mira da regencia em um Povo, que tem professado o systema

constituicional : eu o vou demonstrar. A Nação delegou os seus poderes nas pessoas dos seus Representantes, estes em Assembléa Legislativa decretaram que os Chefes das Provincias, a que deram o nome de Presidentes, fossem da Nomeação do Soberano, o qual sanccionou esta Lei, e por effeito della nomeou ao sobredito Senhor Francisco Paes Barreto Presidente desta Provincia. He portanto evidente que toda e qualquer opposição ou mesmo duvida que se tenha offrecido, ou ainda se continua a offrecer á posse desta Authoridade ou d'outra qualquer vinda da mesma fonte, he uma afronta feita áquella Lei; he uma transgressão criminosa, he finalmente um acto, a que se não pode dar outro nome que não seja o de rebellião, rebellião contra o Chefe, que a nação proclamou, rebellião contra os Decretos que a Assembléa Legislativa publicou, e em uma palavra rebellião contra a Soberania Nacional, por isso que esta Soberania foi depositada no Congresso dos seus Representantes. Cometido por tanto um tal atentado, são obvias e viziveis a serie de males á que ficará exposta a Provincia, que tiver o dezacordo de assim obrar, e Vossas Senhorias tendo bastante perspicacia para os antever, terão tambem bastante patriotismo para os evitar até por salvar a responsabilidade, em que estão para com o Povo, que representão. Se a pessoa nomeada não satisfaz por si as Instrucções de Sua Magestade Imperial, que só tem em vistas a tranquilidade, e felicidade dos seus subditos, elle tem um Conselho para o dirigir, que sendo bem escolhido hade evitar os seus erros, e se ainda assim não se conseguir o fim desejado, ha o direito de petição dos Povos pelo orgão das suas Camaras, que sempre será attendido e nunca despresado, mas isto só tem lugar depois de satisfeita a disposição da Lei, ou para melhor dizer depois de cumprido o voto da Soberania Nacional : outros muitos argumentos podia ainda ajuntar, mas eu fallo á pessoas entendidas, e quero passar ao que me diz respeito. Enviado por Sua Magestade Imperial com o importante encargo de evitar a guerra civil, de que se achava ameaçada esta Provincia, e restituir a ordem, que desejão os bons Pernambucanos, eu não podia dar principio á minha

tarefa tratando directamente com o actual Prezidente, porque aos olhos do Paiz, da Nação e do mundo inteiro é totalmente illegitimo, conforme já demonstrei, e consequentemente não podia cuidar dos arranjamentos Politicos sem que fosse collocado em seu lugar o Prezidente nomeado pelo Imperador, e neste apuro cuidei de satisfazer as Instrucções de Sua Magestade Imperial, empregando meios de moderação para chamar á razão alguma porção de alucinados, que tem aterrado os votos dos bons Pernambucanos, he por isso que convim de bom agrado na reunião do Conselho, que hade ter logar quarta-feira proxima, em cujo proposito ainda me conservo, apezar de haver sido provocado pela negativa d'algumas bagatelas, que pedi á beneficio da Esquadra, e pelo insulto, que ontem soffreo o meu Escaler com seis tiros de canhão, quando hia registar huma Embarcação que entrava ; e he de minha obrigação fazel-o. Mas eu esqueço estes insultos para dar mais uma prova da minha moderação. Seria porem de desejar, e até muito me lizongeia que Vossas Senhorias se dignássem mandar á meu bordo antes do dia quarta feira huma Deputação, para que eu conferenciasse com ella, porque de certo ganhariam, mais á favor da boa causa com huma ora de conferencia, do que em oito dias de conferencia, assegurando eu a Vossas Senhorias sob'a minha palavra de honra de mandar conduzir á terra no mesmo Escaler os Senhores, que vierem, logo que findar a conferencia. Deus Guarde as Pessoas de Vossas Senhorias. Bordo da Fragata *Nitheroy* 5 de Abril de 1824.—Illms. Srs. Presidente, Vereadores da Camara de Olinda.—João Taylor, Commandante da Divisão Nacional e Imperial. Está conforme.—O Escrivão da Camara, *Luiz Josè do Sampayo*.—Conforme.—O Official, *José Thomaz de Oliveirra Barboza*.—O Director, *Joaquim Pirez Machado Portella.* »

—

Sessão Extraordinaria, e Grande Conselho de treze de Dezembro de mil oito centos e vinte e trez—Abrio-se

a Sessão ao meio dia servindo de Prezidente o Senhor Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, por ter faltado em razão de molestia o Senhor Francisco Paes Barreto, com o Senhor Pro-Secretario Manoel Ignacio Bezerra de Mello, e o Corpo do Clero, Nobreza, Povo, e Chefes Militares: e pelo Illm. Prezidente foi proposto, que achando-se a Provincia bandeada, e ameaçando uma guerra civil, havendo já Corpo reunido em Goyanna, annunciando-se que ella não cessaria, sem que se mudasse de Governo, e sendo apprezentadas á este Governo diversas peças comprobativas do facto, era um dever sagrado doGoverno fazer cessar as calamidades publicas, poupando assim o sangue Patriotico, e que não podendo conseguir-se este bem, sem que se suffocasse a cauza, elle, e seos companheiros, pois que tinha em seu poder Procuração do Prezidente Francisco Paes Barrêtto rogavão a todos os congregados, que em nome do bem da humanidade, e da Provincia, e mesmo em nome do Grande Imperio Brazileiro, que os dispensassem de um Governo em que tinhão perdido toda a força moral, e cuja continuação so podia produzir males incalculaveis, e que sendo a salvação da Provincia a primeira Lei, elles desde já haviam por demittido o Governo, e que para não haver um intervallo anarchico, deprecavão instantemente que se remediasse o mal, criando-se um Governo precario na forma determinada na Carta de Lei de vinte de Outubro do corrente anno, pois que, não soffrendo demora o estado convulsivo da Provincia, era precizo seguir a formula, não obstante alterar-se o modo ; e pondo-se em votação se convinha, ou não a demissão, e nomeação do Governo na forma do dito Decreto, foi unanimemente decidido quecomo a felicidade da Provincia exigia esta medida, que convinhão na demissão, e que se passasse logo a elleger o Governo na forma do dito Decreto. Propoz mais que estando decidido a primeira questão, se este Governo precario por força de uma necessidade absoluta, assim como o Conselho, devia durar em quanto não chegava do Rio de Janeiro o Prezidente, e Secretario, ou se, até que se reunissem os Elleitores das Comarcas para procederem formalmente a nova Elleição, tanto de Prezidente, e Se-

cretario, como do Conselho, quazi unanimemente foi decidido que sem perda de tempo se expedissem ordens para convocação dos Elleitores, pois que sendo toda a Provincia o poder legitimo para semelhantes Elleições, e sendo esta filha de extremada necessidade, cumpria que ella exercitasse seus direitos civicos, porem que, si antes, ou depois da Elleição chegassem o prezidente e Secretario do Rio de Janeiro, se devia á estes entregar o Governo, e proceder-se na nomeação do Conselho do modo expresso no dito Decreto. E procedendo-se á votação para Prezidente, foi elleito o Exc. Sr. Manoel de Carvalho Paes de Andrade com trinta e dois votos, e para Secretario o Sr. Dr. José da Natividade Saldanha com cincoenta e cinco votos, e para Conselheiros o Sr. Dr. Bernardo Luiz Ferreira Portugal, com noventa votos, o Sr. Dr. Francisco Xavier Pereira de Brito com oitenta e seis votos, o Sr. Dr. Manoel Ignacio de Carvalho com sessenta e sette, Felix José Tavares de Lira com cincoenta e um, o Reverendo Luiz José Cavalcante Lins com trinta e sette, e o Dr. Bernardo José de Serpa Brandão com vinte quatro. E propondo ultimamente o Exc. Prezidente se na conformidade do dito Decreto se devia nomear Governador d'Armas, por unanimidade de votos se deliberou que sim, e por aclamação foi nomeado o Exc. Coronel Jozé de Barros Falcão—declara-se que em lugar do Sr. Dr. Bernardo Jozé de Serpa Brandão, he o Sr. Bento Joaquim de Miranda Henriques, que por engano foi omittido no seu lugar com quarenta votos: e por esta forma se concluio a Sessão, que foi lida em prezença de todo o Conselho, e julgada conforme—Estavão assignadas cento e nove pessoas—E mais se não continha em dito registo, que eu Luiz Jozé de Sampayo, Escrivão da Camara bem, e fielmente copiei do dito livro, e assignei. *Luiz José de Sampayo.* »

Conforme.—O Official, *Jozé Thomaz de Oliveira Barboza.*—O Director, *Joaquim Pires Machado Portella.*

———

## Copia da representação de 856 cidadãos pernambucanos em favor dos soldados da guarnição da praça do Recife, expatriados por causa dos acontecimentos politicos de 1817.

« *Illms. Srs. do Nobre Senado.*—Os abaixo assignados persuadidos que os trabalhos de Vv. Ss. lhes não deixão ver simultaneamente todos os misteres do publico, envião esta representação, e com ella huma occasião opportuna, para Vv. Ss. darem mais um publico testemunho da sua humanidade e patriotismo.

« Os soldados dos dous extinctos Regimentos que faziam a guarnição desta Praça, comprehendidos no anathema qne succedeo aos acontecimentos de seis de Março de 1817, ainda se achão expatriados : os olhos de seus pays, vertem o amargo pranto de saudade : suas esposas ainda são viuvas, e seus filhos ainda são orphaons. Todos os cidadaons, que se achavão implicados no referido acontecimento forão perfeitamente restituidos aos seus direitos e liberdade em virtude do Decreto do Soberano Congresso de 15 de Fevereiro de 1820. Este sabio Decreto que manda substituir pela amnistia a reluctancia das opiniones politicas deve ser extensivo áquella porção de cidadãos, que ainda se achão errantes pelas margens do Prata e do Paraguay.

« Nada, Illms. Senadores, nada he tão digno das attenções de Vv. Ss. como o objecto da presente supplica. Intervenhão Vv. Ss. neste negocio qne o resultado confirmará a nossa asserção. Os pays, as esposas, os filhos e os amigos bemdirão eternamente a Vv. Ss. como redemptores de seus filhos, de seus maridos, de seus pays e de seus amigos.

« Encaminhem Vv. Ss. este requerimento ao seu verdadeiro destino : levem-o á presença da Exma. Junta Provisoria do Governo que sofregamente aproveitará este momento, de exercer a virtude do seu uzo, requerendo sem demora a S. A. Real Regente do Brazil, a descontinuação de um exterminio, que faz o padecimen-

to e mizeria de centenares de innocentes. Villa do Santo Antonio do Recife em 22 de Março de 1822. »

(Seguem-se as assignaturas.)

---

**Copia de um officio da Camara de Olinda-remettendo a representação que os elleitores de Pernambuco dirigiram ao imperador, sobre a eleição do governador da mesma provincia em 1824.**

« *Senhor.*—A Camara Municipal de Olinda, capital da Provincia de Pernambuco com o devido respeito leva á Prezença de V. M. Imperial e Constitucional a representação que os Elleitores desta Provincia, congregados na Cathedral da mesma, no dia 8 do corrente, em consequencia do Decreto de 17 de Novembro de 1823, para a Elleição dos Deputados; e na mesma occasião sendo indicada pelo Governo da Provincia a Elleição do novo Governo na conformidade da Carta de Lei de 20 de Outubro daquelle anno, os mesmos Elleitores representaram a Vossa Magestade Imperial e Constitucional os motivos occorrentes para se proceder a Elleição de Presidente e Secretario do novo Governo, deduzida da Sessão Extraordinaria em Conselho, á que procedeo o Governo então existente no dia 13 de Dezembro do anno passado, e da Acta da mesma Sessão consta. Deus Guarde a Vossa Magestade Imperial e Constitucional, como havemos mister.

« Cidade de Olinda em Camara, 14 de Janeiro de 1824.—Fraucisco Antunes Ferreira.—Ignacio de Almeida Sarinho. — Manuel d'Assumpção Padilha. — Ignacio Pereira Brandão. »

Conforme. — O official, *José Thomaz d'Oliveira Barboza*,—O Director, *Joaquim Pires Machado Portella.*

« *Senhor* —Os Elleitores da Provincia de Pernamnambuco abaixo assignados, legitimamente convocados para proceder á elleição do Governo que deve reger a mesma Provincia, não podem deixar de partecipar com o mais profundo respeito a Vossa Magestade Imperial, que, posto que não cabia em suas attribuições a nomeação de Presidente e Secretario ; todavia, attentas as circumstancias milindrosas, em que se acha toda a Provincia, circumstancias que de certo não serão occultas a V. Magestade, procederão á dicta nomeação.

« He verdade que já por esta Provincia se tem devulgado a elleição feita por Vossa Magestade na pessoa de Francisco Paes Barreto ; e isto era sem duvida muito bastante, para que nenhum de nós, que nos prezamos de zelosos, e fieis subditos, jamais d'esse um só passo a este respeito, si a pessoa elleita fosse capaz de sanar os males da Porvincia. Porem, considerando nós que pelo contrario se exarcebarião pela falta de opinião publica em que infelizmente tem cahido a mencionada pessoa elleita por Vossa Magestade, segundo se deprehende da Acta da Sessão Extraordinaria de 13 de Dezembro do anno proximo passado, que inclusa remettemos ; accrescendo sobretudo a desconfiança não pequena, em que se achão todos os habitantes desta Provincia, pelo extraordinario acontecimento, que teve logar nessa Corte em o dia 12 de Novembro do referido anno, receiando com grande inquietação o restabelecimento do antigo e sempre detestavel despotismo, á que estão dispostos a resistir corajosamente ; sim Imperial Senhor, todas estas considerações, que nos pareceram ponderosas, fizerão com que não hesitassemos em nomear as pessoas da nossa confiança ; e esperamos da Magnanimidade do Coração de Vossa Magestade, Que tantas vezes tem reconhecido quanto era forçoso ceder á imperiosa lei da necessidade, que não nos estranhará este procedimento ; ou antes ficamos certos de que teremos uma decidida approvação sem a qual a Provincia não poderá socegar.

« Deus Guarde a Preciosa Vida de Vossa Magestade Imperial como todos os Brazileiros hão mister. Olinda em Sessão de 8 de Janeiro de 1824.— Francisco Cezario

de Mello.—Francisco Antunes Ferreira.—Ignacio d'Almeida Sarinho.— Manuel d'Assumpção Padilha.— João Lopes do Nascimento.– Manuel Paulino Gomes Muniz, Secretario do Collegio Elleitoral.—Manuel Silvestre de Araujo, Escrutinador.— Domingos Alvares Vieira, Escrutiuador.—Lniz José de Albuquerque Cavalcante Lins, Prezidente do Collegio Elleitoral da Villa do Recife.—Jeronymo Gonçalves dos Santos, Chantre.—Antonio Dourado Cavalcante de Azevedo.—José Thomaz de Sá Barreto.—João Saraiva de Araujo.—José Luiz da Silva Barboza.—Manuel de Souza Costa.—José da Silva Reis.—Feliciano Joaquim dos Santos.—Amaro de Barros Correia Junior.—Francisco Honorio Bezerra de Menezes.—Antonio de Olanda Cavalcante de Albuquerque.– Francisco Gonçalves da Silva Junior.—João Cavalcaute de Albuquerque.—Manoel Bizerra do Nascimento.—Antonio da Silva Pessoa de Albuquerque.—Francisco João do Pilar.—Joaquim Carvacante de Albuquerque.—Bernardino Rodrigues Ferreira.—Manuel Teixeira do Valle. —Antonio Maximo de Souza.—Francisco Xavier Vaz da Silva.—João Gomes Ferreira de Abreu e Mello.—Manoel Joaquim Pereira de Mello.—Antonio Elias de Moraes.—Thomaz José Alves de Siqneira.— João Lins Cavalcante de Albuquerque.— Francisco Rodrigues Campello.—Joaquim José dos Santos. — Antonio de Albuquerque Mello Monte-Negro. — Manuel Ignacio Bezerra de Mello. João Cavalcante de Albuquerque.—José Joaquim Lobo de Albertim,—Antonio Pereira de Azevedo. —Christovão das Mercês Goçalves Guerra.—Eloy da Cunha Pereira.—Manoel Gomes da Silva.—José Affonso Ferreira.—Francisco da Silva Gusmão.—Francisco das Chagas Cavalcante.—Vicente Ferrer de Mello.—Raymundo Thomaz Pereira Dutra.—Caetano Camello Pessoa.—Padre Manoel João de Vasconcellos Borba.—João de Albuquerque Barros.—Vicente Ferreira Mendes.—Francisco Delgado Borba.—Manoel da Costa.—José Pedro dos Réis Caaneiro.—Francisco Xavier Luna.—João Vieira de Arruda.—Padre José Felix Pereira.—Padre João Ferreira Rabello.—José do Rego Barros.—José Victorianno Delgado de Borba Cavalcante de Albuquer-

que.—Manoel Roiz Campello.—Francisco Soares de Albuquerque.—José Filicio de Meira Lima.—Vicente de Paula Cavalcante de Albuquerque.—Joaquim da Silva Gusmão.—Antonio Julião Rogues.—Bernardino Pereira de Brito.—João Joaquim da Cunha Rego.—Domingues Lourenço Ferreira Gonçalves.—Ignacio Francisco Lima. —Tiburtino Pinto de Almeida.—Bazilio Quaresma Torreão.—João Lins Cavalcante de Albuquerque.—João Ba ptista Bezerra Cavalcante.—Francisco Machado Teixeira Cavalcante.—Paulo Caetano de Albuquerque.—Francisco Manoel de Baraos.—José Joaquim de Albuquerque Maranhão.—José de Sá de Albuquerque Mello Gadelha.—Sebastião dos Oculos.—João Angelo de Souza Franco.—Marcos Bezerra Campello.—Domingos de Albuquerque Monte-Negro.—José Antonio Esteves.—Francisco José Ferreira Cavalcante de Albuquerque.—Venceslão Bandeira de Mello.—Bernardo de Allemão Cysneiro.—Amaro Francisco de Moura.—Manoel Jacome Bezerra.—Padre Domingues Carneiro C. de Albuquerque.—Antonio Xavier de Andrade Carneiro da Cunha. —Manoel Gomes de Andrade Lima.—Francisco Gomes de Arruda Vasconcellos.—Antonio Simplicio de Barros.—Manoel de Araujo Cavalcante Lins.—José Tavarse Gomes da Silva.—Francisco de Paula Cavalcante Albuquerquó.—Henrrique Poppe Girão.—Manoel da Motta Silveira.—Thomé Ribeiro Gomes dos Santos.—Mathias Ribeiro Campos.—José Ignacio Cavalcante.—Conforme. —O Official, *José Thomaz de Oliveira Barboza.*—O Director, *Joaquim Pires Machado Portella.*

---

# O 14 de Abril de 1832, em Pernambuco

—o—

Os nossos historiadores não fazem, em geral, menção dos acontecimentos revolucionarios que explodiram naquelle dia e continuaram nos dois subsequentes aqui, no bairro do Recife, custando a vida á mais de uma centena de pessoas nos combates das ruas.

Outros, porém, sem ligar a causa aos effeitos, referem-n'os ligeiramente e apenas como exemplo do caracter pernambucano, feroz e sanguinario, affeito a scenas de carnificina e horror, como por tantas vezes enlutaram a provincia !

Essas historias assim escriptas, ensinadas ou omissas, não offerecem lições de sabedoria e prudencia, mas antes fazem arrefecer o sentimento da confiança que inspira a dignidade commum, e dilatar o coração de indignação e dôr pelo aviltamento do nome pernambucano.

Para chegarem á esse resultado foi mister que elles, por lisonja ou preconceitos partidarios, saltassem pelos factos accessorios, ligados ao facto principal, procurassem separar o que a natureza tinha unido e assim desfigurado, apresentassem como aspiração expontanea dos brazileiros a volta de D. Pedro I e a sua restauração no throno imperial, quando aliás todo o paiz se manifestava em forte opposição á esse acto até a guerra civil.

Occultando n'um sombrio silencio a narração de factos que a posteridade tinha o direito de conhecer, essas historias, depois disso não levantaram voz senão para conceitos injustos, collocando-se abaixo do ponto de vista elevado dos acontecimentos, para não desagradarem a uns, nem irem de encontro as suas opiniões politicas, embora com sacrificio da verdade e detrimento da familia pernambucana, cujos esforços pelo bem da patria, uma potencia invejosa e cruel se deleita em fazel-os esquecidos.

A' revolução de 14 de Abril seguiu-se immediatamente a guerra das mattas, conhecida pela *guerra dos Cabanos*, a qual durou tres annos successivos custando muitas vidas e grandes sommas ao Estado. Era a continuidade sem solução do movimento do Recife, si a impaciencia não o tivesse felizmente apressado ; e quando o governo já se sentia impotente para dominal-a, só Deus sabe qual teria sido a sorte do Brazil, quantos esforços não seriam precisos empregar na incerteza da revindicação da liberdade manietada pelos ferros do despotismo !

No desejo de contribuir para o preenchimento da falta apontada, memorarei aquelle movimento, aliás já tão esquecido aqui mesmo, e procurarei ligar os antecedentes historicos aos consequentes immediatos para deixar conhecidos os seus fins, e as causas que o produziram e então ver-se-ha, que o caracter feroz e sanguinario que se empresta ao povo pernambucano, quando nenhum outro é mais generoso, leal e patriotico do que elle, não é mais do que a expressão do despeito, senão mesmo do odio, em revindicta ao denodo com que soube amordaçar a revolta e tornal-a impotente á novas provas de restauração.

---

D. João VI ao retirar-se do Rio de Janeiro para Lisbôa, em 26 de Abril de 1821, estava profundamente convencido que o Brazil se faria independente sem grandes delongas, e por isso aconselhou a D. Pedro, seu logar-tenente que, si algum aventureiro ambicioso pretendesse a corôa do Brazil, pozesse-a elle primeiro sobre a sua cabeça.

Depois da sahida do rei, principiou a crescer o fermento da independencia, activado pelos actos de hostilidade das côrtes de Lisbôa, que se converteram em convenção, reunindo em si todos os poderes.

Existiam então tres partidos : dos brazileiros inde-

pendentes, dos portuguezes recolonisadores, e dos portuguezes e brazileiros que opinavam pela independencia limitada ao que fosse peculiar e proprio do Brazil, continuando, porém, este unido no que fosse de interesse geral e fins communs.

O principe regente não morria de amores pelos independentes, porque, herdeiro e successor da corôa portugueza da qual o Brazil constituia a melhor parte, a independencia feria os seus interesses, pondo em risco o seu direito de successão ao throno portuguez; não pensava com os recolonisadores por terem contra si a opinião geral do paiz, os quaes no entanto, eram apoiados pelas côrtes e mantidos pela divisão auxiliadora, commandada pelo tenente-general Jorge de Avilez; parecia inclinar-se ao terceiro partido para não desgostar a portuguezes e brazileiros, sem prejudicar os seus proprios interesses politicos.

D. João chegára á Lisbôa na manhã de 3 de Julho, e ficou retido a bordo por ter recebido o ministro Silvestre Pinheiro Ferreira intimação da regencia para entender-se com o presidente das côrtes sobre o desembarque real, decedindo-se nessa conferencia, que el-rei saltasse as quatro horas da tarde, sem comitiva.

A' essa hora, com effeito, desembarcou no caes da Pedra, indo em seguida á basilica de Santa Maria de Belém assistir ao *Te-Deum* official, mandado celebrar pela sua chegada.

Partindo, depois, para o palacio das Necessidades, recebeu primeira e segunda commissão das côrtes, que se tinham constituido em sessão permanente, afim de as acompanhar e prestar juramento ao projecto da constituição.

A essas commissões respondeu el-rei, que tinha necessidade de descançar, mas ellas insistiram e foi obrigado a seguil-as e a prestar o juramento.

Esse desacato ao soberano, tanto mais grave quanto escusado, por não se dar inconveniente de ser prestado no dia seguinte ou em outra occasião, visto já ter condescendido, bem ou mal, no juramento previo á constituição que o congresso fizesse, essa exigencia acintosa ao re-

presentante da auctoridade suprema dava a conhecer o espirito revolucionario das côrtes em relação á sua pessôa e aos seus actos. Com effeito, para obstarem os manejos da independencia do Brazil, determináram que as provincias fossem governadas por juntas provisorias, sem ligação entre si, mas directamente subordinadas a metropole, ficando assim o principe regente reduzido ao simples papel de governador do Rio de Janeiro; determináram egualmente, que cada provincia tivesse um governador de armas, delegado do poder executivo de Lisbôa e se expedissem tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco. Passaram por fim a annullar todos os actos do rei: extinguiram os tribunaes da chancellaria e do thesouro, a junta do commercio e varias outras repartições centraes; demittiram D. Pedro de regente, e ordenáram a sua volta ao reino, afim de viajar e instruir-se, mas effectivamente com receio de que o partido independente chamasse-o á si, e levasse a effeito a emancipação politica, pelo prestigio que lhe advinha de successor do throno portuguez e não viesse a faltar a energia dos meios empregados á fazer frustar aquella aspiração.

A demissão do principe produziu grande agitação. Minas sublevou-se, a camara municipal do Rio de Janeiro, apoiada pelo povo, e de intelligencia com a camara de S. Paulo, decidiram D. Pedro a ficar no Brazil e a desobedecer as côrtes de Lisbôa, que, entretanto, ainda applaudiam a resolução da junta da Bahia em não querer reconhecer a autoridade do principe regente, por não ter sido nomeado por ellas.

As tropas portuguezas, commandadas pelo general Avilez, pegáram em armas e tomáram posição hostil. Pegaram em armas tambem as tropas brazileiras; armou-se o povo e a situação tomou aspecto grave. Jorge de Avilez transpoz-se á Praia Grande, d'onde pretendia marchar para a Bahia e unir-se ao general Madeira. Antes que isso se désse, conseguiu D. Pedro embarcal-o para Europa com as tropas do seu commando.

O partido recolonisador portuguez do antigo regimen, forte até então pelo apoio da divisão auxiliadora, e ainda mais pela auctoridade que lhe dava o congresso de

Lisbôa, onde alias—coisa singular!— predominavam os principios democraticos mais exagerados, perdeu muito por isso e pela união de Joaquim Gonçalves Ledo, chefe adiantado de um grupo dos independentes, á cauza da resistencia ao governo das côrtes, fazendo com isso desapparecer as divergencias do partido brazileiro.

O dominio portuguez ia aos poucos se extinguindo, e o deferimento a representação de Minas, pedindo a eleição de um conselho d'estado, era na verdade o embryão de um corpo legislativo independente para o Brazil, porque se formava de dois procuradores por cada provincia. O principe regente nomeou então o ministerio de 16 de Janeiro, do qual fazia parte, como ministro do interior, accumulando as pastas da justiça e extrangeiros, José Bonifacio de Andrada e Silva.

Dando conta a seu pae desse acto, disse na carta que lhe dirigiu a 23 da quelle mez, que demittira o conde de Lousã por haver pedido dispensa, o Vieira e o Caula (textual) por medrosos e não convirem ao serviço da nação nas actuaes circumstancias. (1)

O ministerio não foi bem recebido pelo partido brazileiro, por nelle predominar o elemento portuguez, e José Bonifacio, apezar da sua grande sciencia, não inspirar confiança, pois era sabido que não iria adiante dos intuitos do principe regente na opposição ás côrtes. Amigo dedicado de D. Pedro, lisonjeado por ser seu primeiro ministro e o primeiro brazileiro a quem cabia a honra de tão elevada distincção, não o aconselharia a dar um passo donde não podesse recuar.

Por toda parte, porém, principiara o incendio, e quer o governo quizesse quer não, veria o principe fatalmente arrastado á elle.

N'esta provincia as coisas já tinham chegado ao extremo da lucta. Luiz do Rego, não obstante as formulas constitucionaes proclamadas no Rio de Janeiro e aqui, governava militarmente com o desembaraço de um despota sem escrupulos, tendo em seu apoio o 1.º batalhão

---

(1) Francisco José Vieira, ministro do reino e dos extrangeiros. Brigadeiro Carlos Frederico de Caula, ministro da guerra.

de infanteria, que fazia parte da divisão auxiliadora, tres batalhões de caçadores, um regimento de artilheria e outro de cavallaria. Dispunha, além disso, da guarnição dos navios de guerra e mercantes, composta de portuguezes, e com toda essa gente de terra e mar os seus caprichos eram leis.

Apezar, porém, de todo esse apparato de força, da pericia e valor do general, o interior da provincia revoltou-se contra elle. Formou-se em Goyanna uma junta provisoria de governo, da qual foram eleitos presidente, Francicco de Paula Gomes dos Santos e secretario Filippe Mena Callado da Fonseca.

A noticia desse facto chegou em Setembro de 1821 ao Rio de Janeiro. Os independentes e absolutistas encheram-se de jubilo, antevendo cada um o desfecho da lucta em seu favor. O principe regente deu parte delle a seu pae em carta de 4 de Outubro, em termos sentidos, mas nutrindo a esperança de que os revoltosos seriam dispersos pelo general Luiz do Rego, ao qual logo mandou um reforço de 340 praças de linha.

Luiz do Rego fez marchar tropas in continenti contra o governo estabelecido em Goyanna, e esperou o resultado. Quando, porém, se trata de debellar o despotismo, de defender a honra nacional e a liberdade, os pernambucanos são todos soldados. A nenhum repugna pegar em armas, conhecem o manejo d'ellas e dentro em pouco são veteranos.

A junta de governo já tinha forças organisadas para resistir. Deram-se, com effeito, varios combates em que a tropa de Luiz do Rego foi sempre batida, vieram as deserções nos corpos do seu commando e os revoltosos animados com a felicidade dos successos marcharam contra a capital.

Luiz do Rego formou linhas de defeza e os insurgentes atacaram-n'as vigorosamente desde Olinda até Beberibe, onde haviam estabelecido o centro das suas operações. Expediram força aos Afogados para onde seguiu ao encontro dellas o general em pessôa com algumas peças de campanha, afim de cobrir a cidade por esse lado. Travou-se um combate sanguinolento e porfiado,

em que de parte a parte se deram lances de brio e valor. Luiz do Rego, batido em toda linha, foi forçado a capitular, aceitando a convenção de Beberibe, na qual se estabeleceu como condição unica a sua immediata retirada para Lisbôa sem armas e munições de guerra.

Embarcou, com effeito, na forma estipulada, e a cidade fraternisou com os patriotas, que n'ella entraram, com as maiores demonstrações de regosijo publico. No Pará e Maranhão appareceram manifestações pronunciadas no mesmo sentido, só a Bahia conservava-se fiel ao governo de Portugal. O brigadeiro Luiz Ignacio Madeira de Mello, governador das armas, a havia subjugado pela força, mas não sem protestos de algumas villas do interior.

Era esse o unico ponto do Brazil que desconhecia a auctoridade do principe regente e se communicava directamente com aquelle governo.

Os negocios em Portugal não marchavam bem ; as bases da Constituição extremamente democraticas; o procedimento altaneiro das côrtes para D. João, que mais parecia prisioneiro que soberano, e o tratamento insolito havido com uma senhora, a rainha, que recusava partir para o exilio, doente, e internada para o Ramalhão, depois de um exame medico official, recusando-se-lhe os meios de subsistencia até o espectaculo contristador de empenhar as suas joias; tudo isso, e o desgosto que lavrava entre o clero, nobreza e povo, collocava o governo na mais grave situação. A Russia, a Prussia, Austria, Napoles e Piemonte interromperam as suas relações diplomaticas, seguindo-se depois conspirações e tumultos pelo antigo regimen, prenuncios da revolução do general Silveira, conde de Amarante. Expediram as côrtes novas ordens para o Brazil determinando a volta de D. Pedro, seguindo-se a nomeação de uma regencia, actos que o Brazil respondeu conferindo ao principe o titulo de Defensor Perpetuo.

No dia 14 de Agosto partiu D. Pedro para S. Paulo acompanhado de Luiz de Saldanha da Gama—depois marquez de Taubaté,—ajudante Francisco Gomes da Silva, Francisco de Castro Canto e Mello, gentil-homem da

sua camara e pelos creados particulares do paço João Carlota e João Carvalho.

O fim da viagem era conter a exacerbação dos animos, o excitamento do pôvo, que acabava de depôr o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão de presidente, e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, de secretario do governo provisorio.

Depois de tranquillisar os espiritos, e tomar algumas providencias no sentido de manter a ordem, seguiu á passeio a Santos no dia 5 de Setembro. Até ahi estava D. Pedro firme em « não ser perjuro ao rei, seu pae, a nação e a constituição portugueza, » juramento que escreveu com o seu proprio sangue. (1)

Até ahi estava elle firme em assegurar ao rei, que a independencia querendo cobrir-se com a égide de seu nome « nada têm obtido, nem obterá, porque a minha felicidade e a dos meus soldados é maior a meus olhos que todo o Brazil » (2).

Segundo o relatorio do barão de Pindamonhangaba—Manuel Marcondes de Oliveira Mello,—companheiro de D. Pedro nesse passeio, voltou este no dia 7 e ordenando a comittiva e guarda que seguissem adiante, por estar soffrendo de enterite que o obrigava a apear-se á cada momento, continuou em companhia do mesmo barão, unica pessôa que vinha com elle, e meia legua antes do Ypiranga encontrou-se com Paulo Bregaro e Antonio Cordeiro. Eram estes portadores de officios e cartas de Lisbôa; lendo-as, e seguido então pelo comitiva parou á margem do regato d'aquelle nome, onde o esperava a guarda de honra, e arrancando o tôpe portuguez que trazia no chapeu e sacudindo ao chão, soltou o brado «Independencia ou morte ». Eram quatro horas da tarde.

Está claro que essa resolução, não cogitada até ahi, foi tomada pela leitura das cartas; havia chegado a occasião de D. Pedro aceitar o conselho que lhe dera seu pae, quando embarcara para Lisbôa. O estado politico

---

(1 Carta de 4 de Outubro de 1821 de D. Pedro a seu pae.
(2) Idem de 23 de Janeiro de 1822,

de Portugal e as medidas violentas das côrtes apressaram a independencia do Brazil.

---

A assembléa constituinte brazileira reuniu-se a 17 de Abril de 1823 em sessões preparatorias, e foi aberta ordinaria e officialmente no dia 3 de Maio, dirigindo o imperador nessa occasião um discurso aos deputados, no qual expunha o estado do paiz.

A camara se dividira em dois partidos—realista e liberal—e a resposta ao discurso da corôa foi discutida com alguma vehemencia. Soube-se, entretanto, que o imperador expedira ordem ao governo provisorio da Bahia para alistar e remetter á corte todos os portuguezes, prisioneiros de guerra, que se quizessem engajar no serviço do Brazil.

Esse acto do imperador, impolitico e anti-nacional, foi censurado pelo *Tamoyo* em artigos que desabonavam os militares portuguezes alistados, e que eram attribuidos a Antonio Carlos. Os realistas aproveitando-se do facto conseguiram demittir os Andradas do ministerio, e dois d'aquelles officiaes portuguezes engajados—o major José Joaquim Januario Lopes e o capitão Zephirino Pimentel Moreira Freire—espancaram gravemente o cidadão David Pamplona, dentro do seu estabelecimento, indigitado responsavel pelos artigos publicados. Grande celeuma levantou-se na camara dos deputados, e os Andradas demittidos no dia 17 de Julho falaram com coragem e energia contra esse acto de insolencia criminosa. Antonio Carlos aconselhou ao povo que tratasse de defender os seus direitos e a sua honra offendida por todos os meios ao seu alcance.

D. Pedro tergiversava, a revolução de 27 de Maio, que restabelecera em Portugal o governo absoluto, causava remorsos ao seu egoismo. Fechou os olhos a audacia insultuosa d'aquelles dois facinoras, e bem longe de dar satisfação á nacionalidade aggravada, aos seus re-

presentantes que se queixavam de tão descommunal attentado ás leis e á moral publica, promovendo a punição dos criminosos, deixou que fizesse explosão, como diz o Sr. Dr. Luiz Francisco da Veiga, no seu bello livro *Primeiro Reinado*, o seu desfarçado *lusitanismo*.

O imperador retirou-se para S. Christovam, cercou-se de numerosa tropa e poz-se em hostilidade á constituinte. Demittiu o ministro de 17 de Julho e nomeou o de 10 de Novembro, no qual figurava como primeiro ministro o famigerado portuguez Francisco Villela Barbosa—depois marquez de Paranaguá,—aquelle mesmo que dizia nas côrtes portuguezas, que só desejava poder atravessar a nado o atlantico com a espada nos dentes para ter o ineffavel gosto de reunir os independentes do Brazil e separar-lhes a cabeça com um só golpe.

D. Pedro communicou a assembléa constituinte a nomeação do novo gabinete em officio de 11 de Novembro já assignado por Francisco Villela Barbosa. O ministerio não representava a maioria da camara, nem por conseguinte a vontade da nação ; o imperador queria governar por si, sem levar em conta os representantes do povo.

Depois de calorosa discução, a assembléa declarou-se em sessão permanente por proposta de Antonio Carlos. D. Pedro veiu então á cidade á frente de um corpo de cavallaria, e fazendo cercar o edificio da camara por numerosa força de infanteria e artilheria com algumas boccas de fôgo, sob o commando do general Moraes, mandou intimar o decreto de 12 daquelle mez dissolvendo a constituinte !

Ante o direito da força curvou-se a força do direito !

O novo gabinete não se satisfez somente com o acto da dissolução pelo modo que vimos, fez ainda prender os deputados de mais influencia a proporção que sahiam do edificio e outros em suas casas. Antonio Carlos, Martim Francisco, Montezuma e o padre Belchior de Oliveira foram presos ao sahir da camara ; procurados e presos em suas casas José Bonifacio, Vergueiro, Muniz Tavares, Henrique de Rezende, Carneiro da Cunha, Alencar, Luiz de Andrade, Izidóro de Almeida Fortuna, José

da Cruz Govêa e Augusto Xavier de Carvalho. Os seis primeiros foram em seguida deportados.

D. Pedro, depois de justificar o seu acto no decreto de dissolução, assegurou que submetteria a approvação da assembléa, que ia convocar, um projecto de constituição duas vezes mais liberal, do que o que se discutia na constituinte dissolvida.

Por decreto de 13 do dito mez creou um conselho de estado, composto de dez membros, e sob a sua presidencia fez organisar um projecto que merecesse a sua approvação.

Effectivamente, por decreto de 17 de Novembro d'aquelle anno, ordenou que se procedesse a eleição de deputados para uma nova assembléa constituinte. Mas a dissolução produzira geral estremecimento no paiz, e D. Pedro receiando que voltassem os mesmos deputados mandou por decreto de 24 do referido mez proceder a uma devassa geral, sem limitação de tempo e numero determinado de testemunhas, para conhecer de uma sedição que se premeditava!

Evidentemente maniatava a nação, tirando-lhe o direito de escolher livremente os seus representantes, depositarios da sua soberania, no modo de lhe darem organisação politica mais conveniente ao seu pensar e sentir.

A Bahia chocou-se e Pernambuco pegou em armas e proclamou a Republica da Confederação do Equador. As lavas da revolução abrazaram as provincias da Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará.

D. Pedro, por carta de lei de 25 de Março de 1824, determinou que se cumprisse e guardasse o projecto da constituição do conselho d'estado como constituição politica do imperio do Brazil, que *mandára jurar*; e logo por decreto do dia seguinte julgou sem effeito o de 17 de Novembro ultimo, que ordenava a eleição dos deputados á nova constituinte, resolvendo ao mesmo tempo que em logar destes se elegesse deputados para uma legislatura ordinaria, a qual só se reuniu a 3 de Maio de 1826!

Se algumas camaras municipaes do sul obedeceram á ordem imperial de jurar como definitivo o projecto

do conselho de estado, Pernambuco não quiz obedecer em respeito a soberania nacional, a quem compete o inalienavel direito de se governar como entender (1). Tambem não quiz eleger novos deputados, segundo o decreto de 24 de Novembro, por ter a provincia manifestado já a sua vontade soberana. Era o protesto solemne que lavrava á face do mundo pelo procedimento arbitrario de D. Pedro.

O estado politico de Portugal pelo restabelecimento do systema absoluto dava a conhecer, que não sendo o imperador sectario da emancipação pela fórma de governo, ensaiada pela constituinte, pretendia preparar o paiz para o regimen anterior de accordo com o que alli se passava. De feito, o rei de Portugal, informado do que occorria no Brazil, promulgou a carta-patente de 13 de Maio de 1825, na qual declarava ser sua vontade que o reino do Brazil se denominasse imperio, cabendo a elle rei e aos seus successores o titulo de rei de Portugal e imperador do Brazil ; que o titulo de principe ou princeza imperial do Brazil e real de Portugal e Algarves fosse conferido ao principe ou princeza, herdeiro ou herdeira das duas corôas imperial e real ; e porque—diz a carta—a successão das duas corôas pertence ao principe D. Pedro, fica transferida, por sua livre vontade, o pleno exercicio da soberania do imperio do Brazil a elle D. Pedro, continuando el-rei com a plena soberania. Declarava, finalmente, que os naturaes do reino de Portugal e seus dominios fossem considerados no imperio do Brazil como brazileiros, e os naturaes do imperio do Brazil no reino de Portugal e seus dominios como portuguezes (2) !

Pela secretaria do reino foram extrahidos dois exemplares dessa referida carta-patente, dos quaes um se mandou archivar na Torre do Tombo, e enviar o outro ao imperador, no Rio de Janeiro.

Eis ahi o que seria a independencia do Brazil sem

(1) Só depois de finda a revolução de 1824, mas ainda fumegantes os campos de batalha, foi jurada no Recife no 1.º de Dezembro de 1824.

(2) *O Segundo Reinado*, secção 12.

as luctas dos brazileiros e sem a intervenção da Inglaterra !

D. João, diz a historia de Portugal, tentou restabelecer no Brazil o systema absoluto, e chamal-o novamente aos seus dominios. Mas a Inglaterra interveio nisso, e o embaixador inglez, Sir Charles Stuart, acreditado em Lisbôa, appareceu subitamente no Rio de Janeiro, trazendo o acto do reconhecimento da independencia por parte de D. João, mediante as duas clausulas seguintes que foram aceitas : 1.º pagar o Brazil uma parte da divida de Portugal, e 2.º gosar D. João durante a sua vida o titulo de imperador do Brazil.

A 10 de Março de 1826—diz o historiador portuguez —morreu D. João de desgostos continuados e do pezar que lhe causou *de ter reconhecido* a independencia do Brazil, o que prova que foi obrigado á isso pela intervenção directa da Inglaterra.

A regencia, depois da morte do rei, reconheceu o direito de D. Pedro ao throno portuguez, e no intuito de restabelecer a popularidade que havia perdido, tratou de organisar *a Columna* pelo systema do *Apostolado* no sentido das suas idéas ; quer dizer, sociedades secretas que se reuniam em logares incertos com um centro, donde partia a propaganda do regimen absoluto.

Aqui no Recife estabeleceram-se algumas dessas sociedades, representadas desfarçadamente na imprensa pelo *Cruzeiro*, redigido pela habilissima penna do padre Francisco Ferreira Barreto, conhecido por *Doutorzinho*.

As idéas diffundiram-se, e o partido *columna* cresceu com a adhesão dos portuguezes, em geral, retrogrados e inimigos dos brazileiros. Cresceram egualmente os odios, os rancores e insultos á nacionalidade. O partido liberal, chrismado pelos columnas de *calangro*—denominação insultuosa e ridicula,—tinha o seu orgão na imprensa intitulado *Bussola da Liberdade*, do qual era redactor imperterrito o padre João Barbosa Cordeiro.

A intolerancia politica attingio ás suas maiores proporções. Em 1829 appareceram tumultos que foram contidos em começo, e em virtude dos quaes D. Pedro, por decreto de 27 de Fevereiro, suspendeu as garantias

constitucionaes e creou uma commissão militar para julgar peremptoriamente dos delictos que se houvessem de praticar. Uma similhante providencia, impolitica e escusada, causou grande excitação entre os liberaes os quaes principiaram a usar no chapéu do tópe nacional como protesto solemne e publico pelas liberdades constitucionaes.

A situação do paiz tornou-se ameaçadora, o prestigio de D. Pedro afundava-se n'um pelago immenso de desconfiança. As discussões da assembléa geral, aberta extraordinariamente no dia 2 de Abril, foram muito agitadas, por diversos incidentes occorridos durante as suas sessões. O imperador, contrariado com o que se passava, quiz mostrar o seu despeito por um modo significativo do pouco caso que fazia da representação nacional encerrando-a no dia 3 de Setembro com a seguinte falla: « Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação :— Está fechada a sessão. » Mas ficara aberto o abysmo que, em menos de dois annos, levou D. Pedro a abdicar ou ser deposto.

Abdicou, para não ser deposto, a 7 de Abril de 1831.

—

Passada a impressão produzida pelo acto do abdicação, continuáram os partidarios do ex-imperador firmes no seu posto, animados pelas suggestões e manhas da duqueza de Bragança. A ambição de alguns, que foram excluidos da regencia provisoria, e mais tarde da permanente, arrastou ao partido da restauração de D. Pedro os Andradas, Montezuma e outros que lhe deram grande força collocando-os em opposição a Feijó na camara dos deputados, na imprensa e onde quer que se achassem. As sociedades secretas converteram-se em antros de conspiradores, porque ahi trabalhava-se assiduamente contra a ordem publica e a existencia de uma patria livre. Nunca os destinos do Brazil estiveram mais compromettidos do que nos tempos immediatos a abdicação.

Suppunha D. Pedro que facilmente collocaria no thro-

no portuguez sua filha D. Maria da Gloria, em favor de quem abdicára, e que seria bastante a sua presença para conter os bandos revoltosos, que se haviam pronunciado em favor de seu irmão D. Miguel, e feito isso, teria tempo de sobra para pensar no Brazil.

Não obstante, os jornaes do tempo dão claramente a entender, que a longa minoridade de seu filho despertára-lhe a idéa do governo da regencia e divisão de dois imperios, reservando um para si ou para sua filha D. Januaria, princeza do Grão-Parà, segundo o plano apresentado mais tarde pelo illustre publicista Silvestre Pinheiro Ferreira.

Assim, porem, não succedeu. Os absolutistas portuguezes repugnaram aceitar a constituição de D. Pedro e lançaram-se no caminho da revolta. D. Miguel chegára d'Austria á Lisbôa, convidado por seu irmão para a regencia do reino; os seus partidarios, porém, pediram-lhe que cingisse a corôa sobre sua cabeça, por ser essa a vontade da nação. Não o quiz fazer, sem primeiro convocar os tres estados, e como em taes occasiões a usurpação desfarçada não despreza os meios indecentes e criminosos para chegar á culminancia do poder como expressão de uma soberania fallaz, não foi difficil, pelo abuso da autoridade, excluir das listas dos elegiveis todos quantos seguiam os principios das novas instituições.

D. Miguel, acclamado rei de Portugal, desenvolveu a mais feroz tyrannia que lembram os tempos modernos. Procurou manter-se no prestigio do algoz e em oitenta mil baionetas que levaram ao exterminio Portugal de um extremo ao outro. Por toda a parte o luto, ou as lagrimas das esposas pela morte ou abandono e saudade dos maridos emigrados!

D. Pedro partiu da Inglaterra para os Açôres, e ahi organisando ministerio seguiu depois com um pequeno exercito para as praias do Mindello, onde effectuou o seu desembarque destroçando facilmente as guerrilhas miguelistas, ahi postas de observação. Entrou no Porto e esperou, debalde, que o exercito inimigo se pronunciasse á seu favor. Obrigado a entrar em campanha, reconheceu que somente do valor das suas trópas, da sua

tenacidade e da força das idéas que defendia, poderia chegar ao resultado almejado.

Os amigos do Brazil não desaminaram com isso e foram chamando á si pela astucia e pela intriga as adhesões dos ambiciosos e descendentes. Os Andradas, Montezumas e outros, que se suppunham com direito aos mais altos cargos, passáram-se para elles desgostosos e insoffridos. O paiz agitou-se, appareceram sedições sanguinolentas na côrte e nas provincias. A regencia e o ministerio não tinham bastante força para contel-as, embora não lhes faltassem patriotismo e experiencia dos negocios publicos, mas não havia dinheiro nos cofres, nem subordinação no exercito. Felizmente a maioria da camara dos deputados se pronunciára em seu favor, as recriminações partidarias, porém, absorviam o tempo, e as provincias, distantes e sem facil communicação com o governo do Rio de Janeiro, depunham ou matávam os seus presidentes e commandantes de armas com furia selvagem.

O Brazil parecia condemnado a despparecer, si apezar de tudo, a regencia e o ministerio não empregassem esforços sobrehumanos para salval-o !

A rebellião da ilha das Cobras e a que acabou afogada em lagos de sangue no campo de Sant'Anna e Mata-Porcos não desanimáram os restauradores

Os corpos militares, dissovildos ou mandados para as provincias, como medida de prevenção e ordem, foram outros tantos meios de que se sirviram para atear o incendio revolucionario em quasi todas ellas.

Vimos aqui no Recife o quadro desolador de dois batalhões deixarem os quarteis, e de machados nas maõs deitarem abaixo as portas dos estabelecimentos commerciaes e saquearem-nos, por tres dias seguidos—14 15 e 16 de Setembro de 1831—á luz brilhante do sol equinocial! Mil e quatro centos scelerados, soltos por essas ruas e dirigidos pelos seus maus instinctos, pozeram a cidade em continuos sobresaltos, e a não ser o valor dos pernambucanos que, em successivos combates, deram cabo de mais de tresentos, e a firmeza admiravel do presidente da provincia, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, em

toda essa grave occurrencia, deliberando por ultimo enviar para Fernando mais de oitocentos prisioneiros, não se póde avaliar qual seria a sorte desta provincia!

Reservava-se, porém, para ella coisa mais seria em Abril do anno seguinte: a guerra do absolutismo restaurador contra a liberdade constitucional, a transformação da provincia em campo de batalha, o desafio de morte ao governo com todos os seus recursos! Dizia no auge da lucta em 1833, um dos conspiradores a outro d'aqui: « O Norte é quem ha de decidir o problemma.. tudo está reservado aos Pernambucanos... animo e constancia... » (1)

Accrescentava ainda: « Antonio Carlos deixou Lisbôa em 18 de Setembro, e partiu para Inglaterra e d'ahi para França em missão secreta; elle não escreveu a ninguem. A Duqueza de Bragança maneja o negocio da volta de D. Pedro ao Brazil e o Ministro Inglez está empenhado nisso... Estou em intelligencia com pessôas influentes da Europa, e com quem me tenho entendido »... Este e outros escriptos, que cahiram em poder da justiça e serviram de base ao processo instaurado contra alguns dos conspiradores, fazem parte da correspondencia que produziu o 14 de Abril, o movimento de S. Antão e Panellas, que deveriam apparecer ao mesmo tempo, si circumstancias imprevistas não tivessem retardado por alguns dias o destes ultimos logares. Em virtude dos acontecimentos de Setembro a tropa de linha, que se conservára fiel a disciplina, não era sufficiente para o serviço da guarnição da cidade, por ter além disso marchado alguma na expedição ao Crato, em auxilio das forças do governo do Ceará á braços com a revolta do coronel Joaquim Pinto Madeira.

Resolveu-se, pois, o presidente a pedir ao ministro da guerra um batalhão para coadjuvar a segunda linha no serviço da guarnição. Embarcou o 17.º de infanteria,

(1) Carta de José Ignacio de Abreu e Lima, dirigida do Rio de Janeiro, a seu irmão Luiz-Roma, apprehendida no correio, a requerimento do promotor publico e aberta em juizo. Vid. o *Diario de Pernambuco* de 12 de Janeiro de 1834.

que se achava no Rio Grande do Sul, commandado pelo tenente-coronel José Joaquim Coêlho e composto de soldados desta provincia. Aqui chegando em fins de Dezembro de 1832 resolveu o presidente, que então era Francisco de Carvalho Paes de Andrade, a volta do batalhão para o Rio de Janeiro, sem consentir desembarcar; tinha motivos que assim obrigavam-n'o a proceder. Estabeleceu-se conflicto entre elle e o commandante da fragata Bahiana, que trasportava parte e o brigue Cacique outra parte do mesmo batalhão. Não quiz o commandante obedecer a ordem, sob o fundamento de não poder ir de encontro a que tinha recebido do ministro da guerra, e si o governo da provincia não lhe desse meios de effectuar o desembarque, iria fazel-o de qualquer fórma em Tamandaré ou Itamaracá. Não quiz aquelle recalcitrar, forneceu-lhe os meios, mas a proporção que o batalhão desembarcava, o foi desarmando e dissolvendo.

A intriga manejada pelos adversarios convencera ao presidente da necessidade dessa medida extraordinaria. Estava certo, que o batalhão, commandado por um official portuguez que se distinguira na revolução de 1824 pela causa de D. Pedro em Pernambuco, era suspeito aos grandes interesses da nação estando, como estavam, em jogo pelos partidarios a volta do mesmo D. Pedro e a sua recollocação no throno brazileiro. Era um meio de que se serviam para arredar a tropa de linha da cidade, d'onde devia partir o movimento revolucionario para o centro, sem os embaraços que ella saberia oppôr. Ha quem ainda hoje attribúa a sedição de Setembro á manejos tendentes á esse fim, sem todavia preverem as funestas consequencias que vieram depois.

A intriga já havia conseguido a destituição do brigadeiro Francisco de Paula Vasconcellos do commando das armas, e não era muito que ella agora levasse ao espirito do governo da provincia suspeitas contra o referido tenente-coronel, tanto mais fundadas, quanto fôra elle um dos que promoveram a deposição e prisão do presidente daquella época, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, retirando-se, por effeito da reacção que então se desenvolvera em favor deste, com o morgado do cabo pa-

ra a Barra-Grande, e o que succedera com seu irmão, podia mui bem succeder actualmente com elle, existindo os mesmos elementos de desordem.

Qualquer, porém, que fosse a razão que influiu no animo do governo para dissolver o batalhão 17.° os conspiradores applaudiram o facto, e tratáram logo de sublevar a provincia, encarregando ao capitãe-mór Domingos Lourenço Torres Gallindo de revoltar S. Antão, Bonito, Bezerros e Caruarú, apresentando-se em armas no mesmo momento em que aqui rompessem as hostidades contra o governo.

No sabbado 6 de Abril dera guarnição da praça o batalhão n. 53 de milicias, quasi todo elle composto de portuguezes, e pertencentes a freguezia de S. Frei Pedro Gonçalves do Recife. O seu commandante, tenente-coronel Francisco José Martins e officiaes, o commandante de uma secção de artilheria, major José Gabriel de Moraes Mayer, destacada na fortaleza do Brum, e seus officiaes e alguns negociantes, entre os quaes Jacintho José de Mello, assentaram concentrar-se na freguezia com aquelle batalhão e mais forças desponiveis, atacarem depois ás outras freguezias, depôrem o governo e submetterem a provincia aos principios sediciosos que mantinham ,logo que soubessem do movimento geral. As tres horas da madrugada de 7 do dito mez principiáram os soldados a abandonar as guardas do bairro de S. Antonio e reunidos á outros, fardados e armados, vindos de diversos pontos, seguiram para o Recife, onde dirigidos por alguns officiaes trabalharam, com alguns outros, em levantar trincheiras, artilhal-as e guarnecel-as.

Eram as trincheiras formadas de saccas de lan, conduzidas da Inspecção do Algodão, no forte do Mattos, para o Arco da Conceição e frente occidental do convento da Madre de Deus; pareciam receiar a artilheria do Arsenal de Guerra e alguma investida pela ponte, quando se declarassem em attitude aggressiva, apezar de saberem que o governo não dispunha de forças regulares.

O presidente da provincia conhecendo ao amanhecer o perigo imminente em que se achava a capital, e contando apenas com alguns soldados do corpo de perma-

nentes e com o batalhão n. 54 de milicias, appellou para o patriotismo do povo pernambucano, nomeando commissões de salvação publica, que o convidassem a debellar os inimigos da patria.

Espalharam-se as commissão pelas ruas a falar ao povo, e ao toque das cornetas a reunir, principiou a fortaleza do Brum, com bandeira de guerra no tôpe do mastro, a desparar a sua artilheria com balá raza e metralha para o bairro de S. Antonio, assim como as trincheiras do Arco da Conceição e Madre de Deus contra o Arsenal de Guerra e palacio do governo, então no convento dos jesuitas.

Apresentaram-se immediatamente em favor do governo o commandante geral de permanentes José Francisco Vaz de Pinho Carapéba com algumas praças do seu corpo, o major Manuel Machado da Silva Santiago e o tenente-coronel José Joaquim Coêlho, dando este assim o mais solemne desmentido das suspeitas creadas contra elle pelas intrigas partidarias, falando ao povo e collocando-se á frente delle na rua do Collegio. Sendo necessario armal-o e municial-o, e não podendo esse serviço ser feito pela frente do Arsenal, em razão do fôgo das trincheiras inimigas, conseguiu-se executal-o por um portão existente na praça do Livramento, e que alli ia ter, Eram 500 homens que logo se pozeram em forma e marcharam para aquella rua, promptos á entrar em combate. Esperava-se, porém, pelas milicias do Poço da Panella, e de outros pontos mais proximos da capital para se dar golpe decisivo na sedição, atacando-a no seu proprio antro.

Para que se podesse conserval-a fechada ahi, seguiu para Olinda o major Santiago com algumas praças do 54 a formar com os estudantes do curso juridico um batalhão, que a hora determinada atacasse o Recife pelo lado do norte, E assim se passou esse primeiro dia de susto e perigo para todos os moradores do bairro de S. Antonio, mais expostos a artilheria inimiga.

Os sediciosos haviam perdido a melhor occasião de assenhorear-se da capital e dirigir d'ahi o movimento revolucionario para o interior. Parece que a pouca força

de que dispunham—800 homens mais ou menos— o conteve dentro d'aquelle bairro, onde mais facilmente se podiam defender, até que soubessem do rompimento de Santo Antão e os outros logares mencionados, o que não tardaria, segundo as promessas assentadas.

Cuidaram, pois, em dar maior desenvolvimento aos meios de defeza: arrancaram o estivamento da ponte n'uma extensão de mais de quarenta palmos do lado do Arco do Conceição, pondo-se á coberto das investidas inimigas. Reforçaram as suas trincheiras, confiando o commando deste ultimo lugar ao major Livramento e o da Madre de Deus ao capitão Mauricio.

Tinham chegado, entretanto, á engrossar as forças do governo o tenente-coronel Francisco Jacintho Pereira com um forte contingente da guarda nacional do Poço, de Olinda, Varzea e outros logares.

O tenente-coronel José Joaquim Coêlho foi nomeado commandante em chefe das forças legaes.

A escuna de guerra *Rio da Prata* deixara o seu ancoradoiro e viéra collocar-se defronte da práça do Collegio, em protecção do palacio do governo.

Ao amanhecer do dia rompeu o fogo inimigo contra a *Rio da Prata* e outros pontos fortificados, respondendo a artilheria d'aquelle navio e as duas peças do Arsenal. Em algumas casas das ruas do Collegio e Cadêa—lado do rio—existiam postos que atiravam de granadeira e pontaria para os flancos das trincheiras do inimigo.

O telegrapho fez o signal convencionado para Olinda afim de seguir pelo isthmo o major Santiago e atacar o forte do Buraco. José Joaquim Coêlho dispoz-se a passar a ponte com o grosso das forças, dando o commando da guarda avançada a Carapeba, official de confiança e valor. Duas circumstancias, porém, mallograram a realisação dessa arrojada empreza : a escuna *Rio da Prata*, soffrera grandes avarias da artilheria inimiga, e fôra forçada a deixar o posto para não sossobrar ; e a guarda avançada, depois de uma forte descarga, teve de recuar do meio da ponte, quando reconheceu que ella estava cortada. Carapeba teve o cavallo morto e um grave ferimento na perna.

Aos gritos de *ponte cortada*, José Joaquim Coêlho, que já se punha em movimento, voltou á rua do Collegio e mandou preparar pranchas no Arsenal de Guerra para effectuar a passagem.

Santiago, com o batalhão academico, conseguiu apoderar-se do forte do Buraco, fazendo voltar a sua artilheria contra o do Brum causando-lhe com isso bastante damno por estar em posição mais elevada que este.

O fogo não cessou durante todo o dia e os prejuizos daquella retirada precipitada accenderam ainda mais a indignação e a furia contra os portuguezes, que se impunham com as armas nas mãos a independencia e a vontade nacional.

A artilheria dos sediciosos principiou frouxa no dia suguinte ; pareciam desanimados com a falta de noticias do interior e dos auxilios que esperavam das freguezias mais proximas da capital.

Santiago teve ordem de investir a fortaleza do Brum e José Joaquim Coêlho, falando ao povo, munido de pranchas, e á voz energica de *avança*! transpoz a ponte, tomou de assalto a trincheira e só parando para distribuir patrulhas em preseguição do inimigo.

Entre outros, foi encontrado morto o major Livramento, valoroso soldado que tão mal empenhara as qualidades do seu espirito nessa lucta de paixão partidaria e invejosos rancores!

O inimigo em debandada procurava fugir por toda parte. No Arco do Bom Jesus encontrou-se com as forças victoriosas de Santiago, que o fizeram retroceder a tiros de descarga. Reunindo então em grupos, ou resistia com o furor do desespero aos bandos populares, ou atirava-se ao mar procurando nas embarcações ancoradas protecção e asylo ; mas antes de ahi chegar sumia-se aos tiros das carabinas no abysmo das aguas!

Nesse transe afflictivo encontram-se dois grupos, os vencidos atiram primeiro sobre os vencedores, e cahe morto o estudante de direito Gaudino Agostinho de Barros ; estes perseguem aquelles em accelerada fuga, penetram por uma porta escusa no convento da Madre de Deus, por onde os outros tambem investem, e nos exten-

sos corredores do convento, reprenta-se um espectaculo sanguinario e atroz. Os tiros detonam em abafados écos, melancolicos e funebres ; o arruido dos passos, os gritos de raiva, as imprecações sacrilegas, augmentam o horror das scenas envoltas nas agonias da morte !

No campo da batalha são raros e breves os intervallos da reflexão, e o que alli houve só aquellas paredes, espectadoras mudas e tristes de tantas commoções violentas, poderiam descrever, si sentissem e falassem. Sessenta cadaveres foram conduzidos á valla do cemiterio do convento !

José Joaquim Coêlho as tres horas da tarde fez tocar-reunir, e com alguns prisioneiros, voltou ao bairro de Santo Antonio, no meio das aclamações do povo agradecido.

O tenente-coronel Francico José Martins, os majores José Gabriel de Moraes Mayer, José Bernardo Salgeiro, o capitão Manoel Francisco Alves, o pagador das tropas João Baptista Pereira Lobo, Carlos Martins de Almeida e outros fugiram durante o ataque, e tão cuidadosamente souberam occultar-se que não foi possivel descobril-os, a excepção do penultimo e alguns portuguezes mais compromettidos, denunciados e presos, como chefes do movimento.

E assim acabou a revolta iniciada no dia 14 de Abril, depois de um combate de tres dias seguidos. Não foi um agrupamento de sediciosos, como alguns que se formaram nessa época para depôr presidentes e commandante de armas, uma simples perturbação da ordem publica na linguagem de alguns dos nossos historiadores com o fim de deprimirem o caracter pernambucano.

Era esse o prologo da grande revolução, que tinha de dar á D. Pedro o governo da regencia ou a soberania do imperio do *Equador ou Amazonas*, denominação conhecida, mas ainda por assentar definitivamente qual fosse mais conveniente ás velleidades partidarias, sem receio de rivalidades e resentimentos de preferencia.

Si a revolução da cidade acabou no bairro do Recife, foi para principiar mortifera e feroz nas mattas quasi inaccessiveis de Jacuipe e Panellas, d'onde surdiam

subtilmente centenares de combatentes para acommetter e assaltar, e recolherem-se com presteza ás asperezas das suas guaridas, refeitos e infatigaveis. Lucta que assim durou mais de tres annos, com enorme prejuizo de vidas e sacrificio da provincia e que somente « o Poder Divino » poderia terminar, segundo o autor da *Synopsis*, mas em todo caso a sua terminação immediata se deve a noticia da morte de D. Pedro, succedida em 24 de Setembro de 1834, com a qual tambem acabaram todas as ambições partidarias.

O que se nos mostra provavel é que, si a resistencia do Recife, fosse além daquelles tres dias de incessante pelejar, as instituições do Brazil, que pareciam consolidadas pelo facto da abdicação, estariam por terra.

---

Soubesse ou não Torres Gallindo dos acontecimentos da capital, ou não lhes quizesse dar a merecida importancia, apresentou com toda a isenção de animo a revolta em Santo Antão, esforçando-se por leval-a adiante.

Era tarde.

O governo da provincia, livre de Martins e Mayer, poude facilmente enviar forças contra elle e dispersal-o. Reunindo os grupos dispersos, atacou inopinadamente a povoação de S. José de Bezerros e aprisionou uma pequena força ahi existente, commandada pelo capitão Feliciano Joaquim dos Santos.

Acossado, porém, pelas tropas da legalidade, viu-se obrigado a abandonar os prisioneiros e a retrahir-se ás mattas.

Appareceu a guerra dos *Cabanos*, essa guerra de Kabilas, que o fatalismo e a barbaria fel-os aguerridos sem nunca se renderem. Derrotados hoje aqui, appareciam amanhã alli, mais ousados ainda, como o Antheo da fabula tocando a terra.

Vicente Ferreira de Paula, Caetano Alves, Antonio Themoteo e seu irmão João Themoteo, chefes dessas hor-

das indomitas, levaram o susto e o terror em mais de 50 leguas em quadro nos territorios das Alagôas e Pernambuco.

De Garanhuns á Canhotinho, do Altinho á Barra da Jangada, do Bebedoiro á Panellas, de Quipapá á Pimenteiras, de S. Benedicto á Palmares, de Catende á Capoeiras, de Jacuipe á Feijão Bravo e Serrote Liso, deixaram os seus nomes escriptos com ferro e sangue para memoria desse infeliz retorno imperial, trabalhado com tanto esforço entre os hymnos do triumpho e as elegias dos revezes, como negado depois de 24 de Setembro, quando os promotores dessa idéa temeraria viram com olhos razos de lagrimas riscado o nome do principe da lista dos vivos e reconheceram quanto lhes convinha estender as mãos ao regio successor!

Dos pincaros mais agrestes, dos alcantis mais escabrosos, das brenhas mais enredadas daquelles logares, cahiam de improviso sobre as avançadas do governo, ou as attrahiam á veredas enguerrilhadas para as destruir e anniquilar e quando surprehendidos todos ou separados na refrega morriam motejando, sem nunca se renderem.

Vestidos com roupa de algodão, côr de folhas seccas, para melhor se occultarem por entre o folhiço e tronco das arvores, armados ligeiramente de clavinotes, cartucheira e faca, dividiam-se em bandos sem disciplina militar, mas obedientes ao chefe.

Esses bandos eram numerosos e alguns delles formados de escravos dos engenhos circumvisinhos, abandonados em troca de uma ephemera liberdade, mas que sempre era liberdade. Denominavam-se estes bandos *papa-mel*, tão astuciosos e audazes como os Zoulous da Cafraria, e em cujas mãos a faca tinha a dupla energia do fatalismo e do odio de raça.

Em resposta a proclamação do commandante das forças das Alagôas, datada de Quipapá em 11 de Setembro de 1832, na qual aconselhava que si lhe entregassem Antonio Sebastião, o Padre Bastos e o Themoteo, promettia receber a todos fraternalmente sob palavra religiosa, disseram elles, entre outras muitas coisas curiosas, o seguinte:

« Os Liberaes não querem mais desigualdade, quando desde Christo se humanisou que ha desigualdade; querem os Liberaes que os filhos não obedeçam aos paes, os sobrinhos aos tios, os afilhados aos padrinhos: querem, si agradar a filha dos outros, carregal-a, e do mesma sorte a mulher mais bonita... o mais a proporção, como estão obrando contra a lei de Nosso Senhor Jesus Christo. Finalmente, não querem obedecer ao Monarcha, e o mesmo Deus disse ao Rei, que quando os Póvos lhe faltassem com a obediencia, que elle os distruiria com peste, fome e guerra. O nosso Augusto Imperador já se acha muito perto de nós com 180 náus contra os mesmos Liberaes. V. S. verá em breve tempo as barras tomadas. Pinto Madeira ahi vem com quatorze mil homens, tudo contra os Liberaes; V. S. está com um panno nos olhos. Viva a Santa Religião Catholica e Apostolica. Viva o Sr. D. Pedro I.– Acampamento em S. Benedicto, 15 de Setembro de 1832.— Illustrissimos Senhores Commandantes das Forças do Poço Comprido.—Francisco de Sousa Leão, Commandante da Força. »

Taes eram os principios pelos quaes esses homens ignorantes e fanaticos serviam de jogo aos caprichos dos ambiciosos. A religião, o throno e a familia falavam-lhes ao coração, e por elles arremeçaram-se aos combates e aos desastres, sem ficar aos seus instigadores remorsos de tanto esforço de animo, de tantas vidas consumidas em nome daquelles principios, quando realmente sabiam, que só aos interesses de uma politica pessoal resistiam impavidos ao embate das armas e soffriam as estreitezas da penuria em largos assedios!

A resistencia desses pobres homens, que suppunham defender a familia, o lar e a religião, assoberbou por ultimo como as ondas encapelladas do oceano contra o rochedo que se mostra impassivel á furia do vendaval. E o rochedo, principiou a desfazer-se pouco á pouco, e quasi desapparecia ás vagas embravecidas pelo tufão de uma moral desvairada.

O commandante em chefe das forças legaes, o valente José Francisco Vaz de Pinho Carapéba, cahiu alta noite no seu acampamento do Altinho aos tiros dessas

hordas bravias, vindo aqui morrer, deixando de sua vida memoria honrada e duradoira. Seu successor, o tenente-coronel, José Joaquim Coêlho, que marchára com o batalhão n. 54 de milicias, prudente e valoroso, foi em seguida ferido, sendo preciso recolher-se a esta capital, onde esteve por algum tempo impossibilitado de prestar serviços a causa da ordem. O commandante geral das forças de Garanhuns, Lourenço Bezerra Cavalcante de Albuquerque, recebeu tres graves ferimentos, dos quaes esteve a succumbir, o capitão de Ordenanças do Bonito, Joaquim Antonio da Silva e um seu filho, ajudante de ordens, foram egualmente feridos e obrigados á deixar o acampamento. Dir-se-ia que o inimigo nas suas correrias ia de animo previnido á pôr fóra de combate os commandantes superiores das forças da legalidade.

Manoel Zeferino dos Santos, nomeado presidente da provincia, tomou conta do governo e proclamou ao povo.

Marcharam as ultimas tropas que estavam na capital para o theatro da guerra. A guarda nacional passou a fazer a guarnição, e o povo as rondas debaixo da direcção dos juizes de paz.

A insurreição recrudescia, os indios de Jacuipe com o seu capitão-mór passáram para os Cabanos, naturalmente por instigação de alguns senhores d'engenho da fronteira das Alagoas, que estavam com elles por interesse commum ou com receio de ficarem sem escravos.

Não lhes faltavam recursos, João Baptista da Barra-Grande conservara o porto franco onde desembarcavam munições e armamento, vindos do Rio de Janeiro, daqui e outros logares.

A guerra principiou então a preoccupar o governo da regencia e antes de lançar mão dos meios repressivos recorreu a amnystia. Não quizeram aceitar, declarando que o governo que não defendia a religião, não protegia a propriedade nem a honra das familias, é quem merecia ser amnystiado, si fosse sincero nas suas promessas de arrependimento.

Os soldados da *setembrisada*, internados em Fernando, foram chamados ás armas, veiu do Rio uma pequena força e ordem para se levantar a guarda nacio-

nal do interior, com vencimento de soldo. Alli estiveram mais de seis mil homens, segundo affirma Abreu e Lima, sem que o numero decidisse da sorte dos combates que se succediam com igual furor.

A morte de D. Pedro poz termo afinal a guerra civil, que promettia continuar por muito tempo sem se prever o resultado. O coronel Joaquim José Luiz de Souza havia tomado conta do commando em chefe das forças em operações. Saltou na Barra-Grande, onde foi preso o celebre João Baptista, e fez tudo por impedir a remessa de recursos para as mattas, providencia que pouco aproveitou em razão da debandada dos partidarios da restauração.

Não querendo acreditar Vicente de Paula na morte de D. Pedro, nem na prisão de Pinto Madeira e dispersão das suas forças, conservou-se em armas, não obstante haver perdido os seus melhores caudilhos, os Themoteos, Manoel Colete e Barrinhos, e soffrer grande diserção em suas tropas.

O coronel Joaquim José Luiz de Souza procurou então amainar as iras de Vicente de Paula e da sua gente, e servindo-se da intervenção pastoral do virtuoso bispo de Pernambuco, D. João da Purificação Marques Perdigão, esperou que por esse meio poria termo a sua commissão.

O bispo seguiu para Bonito e dahi escreveu, despachando um expresso, á Vicente de Paula. Pedia-lhe uma entrevista em logar por elle designado.

Aceito o pedido, partiu o bispo, sómente acompanhado de um guia, ao centro das mattas, onde aquelle o esperava, e depois de longa conferencia, de conselhos salutares e lagrimas de caridade, poude alcançar pela persuasão, o que não alcançára o poder da força.

————

Traçando estas ligeiras linhas sobre a ultima phase da restauração em Pernambuco, não tive em mente es-

crever a historia da guerra dos *Cabanos* por alheia as minhas vistas, mas sómente demonstrar que ella foi a continuação do 14 de Abril, dando a conhecer os principios, que seguiam esses numerosos bandos, que nunca regatearam o sangue e a vida, sem todavia desconfiarem da perfidia dos que os mantinham com as armas nas mãos no intuito reservado contra o estado.

Descobrindo nas participações officiaes, publicadas nos jornaes ds época, hoje tão raros, os detalhes da resistencia ao movimento sedicioso, os nomes dos chefes militares encarregados de bater aquelles bandos, e restabelecer a ordem publica, com enormes sacrificios de suas pessoas e vidas, e para os quaes nunca houve uma lembrança siquer, nem para seus filhos, não os quiz deixar em olvido como pequeno tributo á sua honrada memoria, sentindo pela rapidez da descripção não poder recordar outros, ainda que de menor cathegoria e que tão bons serviços prestaram.

Para dar a conhecer os pontos geographicos da provincia, onde mais se assignalou a lucta, fui obrigado a indical-os pelos seus nomes, deixando outros que não alteram a linha do circulo dentro do qual existiam essas mattas seculares, magestosas, admiraveis, para onde se retrahiam os bandos fugitivos em caso do revez, como para uma praça de guerra inexpugnavel, d'aquelle destemido ardil, observando do alto das arvores o movimento do inimigo e disparando muitas vezes de pontaria contra os chefes inimigos.

Procure o futuro historiador, já que não posso sel-o, conhecer esses typos de perseverança e energia, de resistencia e audacia, sem occultar o nome dos principaes caudilhos que arrostaram á um tempo a natureza, as féras e os homens, e ver-se-ha o interesse attrahente, pelas lições de heroicidade, de amor ao lar e a familia, ainda que ardilosamente estimulados, desta parte da historia da provincia, omittida pelos que se teem encarregado de descrevel-a, ou escrever a historia geral do Brazil.

Em todo caso, ahi fica o 14 de Abril, collocado entre os antecedentes historicos, e os consequentes que

advieram tão notaveis pelos seus intuitos, como pelo esforço pernambucano em debellar o despotismo da restauração.

Recife 11 de Junho de 1890.

*M. Lopes Machado.*

---

# INFORMAÇÕES

SOBRE A FUNDAÇÃO DO

# Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

A 28 DE JANEIRO DE 1862

—o—

« Amigo Dr. Ceciliano Mamede.—Como V. insiste em que eu lhe dê por escripto circumstanciada e fiel informação sobre a fundação do nosso Instituto Archeologico Pernambucano, passo a satisfazel-o.

« Ainda não tinha eu vindo á Côrte e visto o Instituio Historico e Geographico Brasileiro com os seus numerosos e valiosissimos documentos e já me enthusiasmava por tão util e benemerita instituição. Sempre que via algum numero da sua interessante *Revisia Trimensal*, ou lia transcriptas as actas de suas sessões, principalmente a da sessão magna anniversaria, applaudia intimamente a feliz idéa que haviam tido os seus fundadores ; e sentia que Pernambuco, tão rico de factos historicos, não possuisse uma associação desse genero.

« Quando conversava com Antonio Joaquim de Mello e me informava elle do insano trabalho e despezas que tivera para ir colhendo aqui e alli dados e documentos para as suas biographias de alguns poetas e illustres Pernambucanos,—quando conversava com Felippe Mena Callado da Fonseca sobre o movimento politico de 1821 e Governo Provisorio de Goyanna, do qual fôra secretario, e me dizia elle que muitos papeis desse tempo já se haviam extraviado e levado sumiço,—quando considerava que por occasião da estada do Imperador alli em Pernambuco em 1859 não se pôde de prompto e com certeza satisfazer ás indagações que elle fizera acerca de

algumas localidades historicas que desejava conhecer (1) —mais sentia eu a falta de uma sociedade que tratasse de pesquisar e guardar os documentos historicos da nossa provincia e de discutir e elucidar certos pontos duvidosos.

« Em 1861 ainda mais necessaria me foi parecendo uma sociedade de tal natureza em Pernambuco; pois via—que por não a possuirmos foi que Warnhagen, tendo encontrado despresado na rua de S. Bento em Olinda um grande pedaço de lapida, que estivera na fachada do palacio dos antigos governadores, o entregara a um particular o Major Gustavo José do Rego, remettendo entretanto ao Instituto Historico Brasileiro uma copia, que tirara da inscripção que havia na lapida e a historia da mesma inscripção;—e que, pelo mesmo motivo, tendo o padre-mestre Lino do Monte Carmello escripto uma biographia do celebre pernambucano D. Paulo de Moura, depois Fr. Paulo de Santa Catharina, ao mesmo Instituto Historico foi que offereceu e enviou. Via tambem n'esse anno receber o Instituto Historico grande copia de documentos collegidos na Hollanda pelo Dr. Joaquim Caetano da Silva sobre o dominio hollandez no Brasil, os quaes mais que á qualquer provincia deviam interessar a Pernambuco, de cuja historia tambem no dito anno e perante o mesmo Instituto se occupara o conego Fernandes Pinheiro, lendo uma memoria — « *Luiz do Rego e a posteridade, estudo historico da revolução Pernambucana em 1817*.

« Tudo isso fazia me desejar a existencia de uma sociedade historica em nossa Provincia: e não deixava de actuar em meu espirito para alguma cousa promover em tal sentido a consideração de que exercia eu o cargo de Director Geral da Instrucção Publica.

« E quando certo dia em minha Reparticção conversava sobre isso com o meu Secretario o Major Salvador Henrique de Albuquerque, applaudio elle a minha lembrança, dizendo-me haver sempre pensado assim; e animando-me muito a promover a realisação da idéa,

(1) Alludi a isso no discurso da installação da Sociedade.

acabou por dizer-me: -- « Vamos metter mãos á obra! »

« Fiz-lhe então ver que deviamos proceder com reflexão; que primeiramente precisavamos pensar sobre o plano a seguir, sobre os meios de leval-o a effeito, difficuldades a vencer, etc., afim de não arriscar a idéa a um naufragio, como havia acontecido a varias associações, que surgiam e morriam, como por exemplo a Sociedade de Agricultura, que eu tinha tido a satisfação de promover e installar no palacio do Governo em 1857, quando me achava em exercicio de Vice-Presidente da Provincia. Entrei logo em certas consideracões sobre o assumpto e na apreciação de alguns alvitres, para não dar passo em falso e poder vingar a idêa.

« No dia seguinte ainda conversámos, e mais detidamente, sobre o assumpto; e, além de outras cousas, assentámos na expedição de cartas a diversas pessôas, expondo o fim da Sociedade e convidando-as para socios installadores. Fiquei de dirigir a carta de convite; e declarei que para não dar-lhe caracter individual não a assignaria eu só, porém com mais dois companheiros, um dos quaes seria elle, e que quanto ao outro me lembrava de um nome de prestigio nas lettras — o Dr. José Soares de Azevêdo, a quem fiquei de fallar, como fallei, e que de bom grado acceitou.

« Um ou dois dias depois disse-me o Major Salvador que communicando a idéa ao Dr. Witruvio Pinto Bandeira, este a applaudira, promettendo todo o apoio; em vista do que elle desejava convidal-o para fazer parte da commissão promotora da Sociedade: concordei promptamente nesse convite, dizendo-lhe entretanto que para não ficar a commissão composta de quatro, porém de cinco membros, convidassemos tambem o Dr. Antonio Rangel de Torres Bandeira, professor de Historia e Geographia; e assim se fez.

« Redigi a carta de convite (2); fui o seu primeiro signatario; e, impressa, foi destribuida. Desde então

(2) Essa carta acha-se publicada no 2.º numero da Revista á pag. 59.

puz-me em actividade: não havia naquelle tempo muita propensão para emprehendimentos de semelhante natureza; e receioso, pois, de algum fiasco, procurei entender-me pessoalmente com alguns dos convidados e recommendei ao Major Salvador que o mesmo fizesse, e até na vespera e no dia indicado para a installação da Sociedade a alguns escrevi cartas unicamente minhas.

« Fui eu quem entendeu-se com o Bibliothecario da Bibliotheca Publica Provincial Padre Mestre Lino do Monte Carmello e com o Presidente da Provincia Dr. Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, hoje Senador, para permittirem que a Sociedade fosse installada e celebrasse suas sessões no salão em que estava a dita Bibliotheca no Convento do Carmo.

« Conforme consta do 1.° numero da Revista, fui eu o Presidente interino, e nessa qualidade presidi a sessão da installação, fiz o discurso de inauguração, convidei para Secretarios interinos o Dr. Torres Bandeira e o Major Salvador, designei os Drs. Antonio Vicente do Nascimento Feitoza, José Soares de Azevêdo e Joaquim de Souza Reis para organisarem os Estatutos, e continuei a presidir a todas as reuniões e sessões preparatorias e da installação definitiva a 21 de Setembro do mesmo anno, na qual ainda n'essa qualidade proferi um discurso, como consta da respectiva acta.

« Pela circumstanciada exposição, que estou a fazer, já vê o meu amigo quem foi o promotor da fundação do Instituto Archeologico. Fui eu o seu agente principal, e não o Major Salvador, como, sem duvida mal informado, disse o *Diario de Pernambuco* ao noticiar o sentido passamento do dito Major, accrescentando que *elle desde 1860 germinava essa idéa, que afinal conseguio realizar auxiliado por mais quatro cavalheiros*.

« Não duvido e é mesmo natural que, amante como era da historia patria, ha muito reconhecesse elle a necessidade de semelhante associação e á alguem dissesse desejar vel-a realizada; mas disso não se segue que fosse o fundador do Instituto Archeologico *auxiliado por quatro cavalheiros*. O que, porém, não pela amizade que sempre tive ao Major Salvador, mas por jus-

tiça e em abono da verdade devo dizer é que, quér antes quér depois da installação, foi elle o meu braço direito, muito me coadjuvou, muito lhe devo ; ninguem o excedeu em perseverante diligencia e dedicação. Foi elle quem lembrou para a installação da Sociedade o dia 28 de Janeiro por ser o anniversario da restauração de Pernambuco do poder dos Hollandezes ; assim como foi o Dr. José Soares quem indicou a denominação de *Archeologica*.

« Devo ainda dizer-lhe que, quando diversos socios entrámos em combinações a respeito da primeira eleição para os differentes cargos e commissões afim de ter lugar a installação definitiva, alguns amigos — entre elles o Major Salvador — desejavam que fosse eu o Presidente effectivo. Ponderei-lhes, porém, que a pessôa que eu conhecia mais idonea para tal cargo era o Monsenhor Francisco Muniz Tavares, não só por sua illustração e posição como por sua idade e prestigio. A' objecção que me apresentavam de que elle não comparecêra á installação da Sociedade, nem respondera officialmente ao convite, e que portanto ainda não estava definitivamente considerado socio, replicava eu que elle apreciava muito a Sociedade e acceitava ser socio, como me declaràra ; e que quanto ao esquivar-se de ser o Presidente, como lhe propuz, nutria eu toda a esperança de obter a sua acquiescencia, attenta a amizade que lhe tinha e que elle me manifestava.

« Recusava Monsenhor Muniz Tavares ser o Presidente, não porque não presasse muito a Sociedade, cuja fundação elle preconisava animando-me a ir por diante ; mas (dizia-me) porque depois que desgostoso renunciàra o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericordia, havia morrido para o mundo e só queria cuidar de sua alma no seu retiro do Parnamerim. Eu, porém, depois de varias considerações e de invocar o seu patriotismo — sentimento que vigorosamente predominava naquelle bom velho — consegui que elle annuisse ás minhas vistas e respondesse officialmente acceitando ser socio, como se póde verificar na acta da sessão de 16 de Agosto daquelle anno, publicada no citado numero da Revista.

« Dou parabens á mim mesmo pela lembrança que tive de Monsenhor Muniz Tavares para Presidente do Instituto Archeologico ; pois é notorio quanto interesse tomou elle por essa Sociedade, quanto prestigio lhe deu com a sua presidencia, ao que principalmente deve ella ter podido atravessar os primeiros annos de existencia e consolidar-se ; mas nunca a sua fundação, como na sessão de 18 de Novembro de 1875 (Vid. o *Diario de Pernambuco,* do dia seguinte) o declarou o Major Salvador, protestando — por amor da verdade historica — contra a noticia dada pelo *Diario* de 25 de Outubro e *Provincia* de 26, do referido anno, de que Monsenhor Muniz Tavares fôra o fundador. De que não o fôra é prova inconcussa uma carta autographa, que delle tenho, escripta no mesmo dia da installação da Sociedade, e que encontrei entre os meus papeis antigos.

« Do mesmo modo — por amor da verdade historica — o Major Salvador, si fôra vivo, seria sem duvida o primeiro a declarar não haver sido o fundador do Instituto Archeologico Pernambucano. E vem corroborar esta minha asserção o seguinte : quando este Instituto, não obstante ter-me honrado ininterruptamente até 1873 (em que fiquei aqui na Côrte) com a eleição para seu 1.° Vice-Presidente, se dignou de distinguir-me com o titulo de Socio Honorario, o officio de remessa desse titulo ou diploma, aliás redigido e assignado pelo proprio Major Salvador na qualidade de 1.° Secretario interino, contém estas palavras : — como prova do grande apreço em que tem os serviços, que V. como *seu fundador* e socio effectivo ha em todas as epochas prestado ao mesmo Instituto etc.

« Eis mais circumstanciadamente tudo o que eu lhe havia exposto quando V. me referio as versões que ahi appareciam a respeito da fundação do nosso Instituto. Não costumo andar apregoando alguns serviços que haja feito, e muito menos encarentando-os. Como V. instou-me para dar-lhe por escripto essas informações afim de mostral-as á um amigo, socio do mesmo Instituto, escrevo-lhe a presente carta, que não termino sem pedir-lhe

desculpa de haver ella sahido tão extensa, como me era mister.

« Como sempre, seu amigo affectuoso e collega obrigado. — *Joaquim Pires Machado Portella.* Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 1880. »

—o—

CARTA AUTOGRAPHA DE MONSENHOR MUNIZ TAVARES, A QUE ME REFIRO NA INFORMAÇÃO SUPRA

« Illm. e Exm. Sr. Joaquim Pires Machado Portella.—O convite que V. Exc. dignou-se fazer-me particularmente para assistir hoje a installação da Sociedade Historica, que V. Exc., com o seu acrysolado patriotismo ; unido a bons amigos, lembrou-se crear nesta Provincia, muito penhorou-me.

« De bôa vontade seria o primeiro a comparecer ahi se os meus habituaes incommodos de saúde m'o permittissem. Entretanto, apezar de velho, posso assegurar que honrando-me com o titulo de Socio não me pouparei em concorrer para que uma tão util instituição prospere e produza os effeitos desejados.

« Preso-me de ser com a maior consideração e estima. De V. Exc., servo e amigo obrigado.—Monsenhor *Muniz Tavares.* Sua Casa, 28 de Janeiro de 1862. »

—o—

« Illm. amigo Sr. Major Codeceira.—Depois da sua presada carta de 2 do corente, já lhe escrevi remettendo para o Instituto Archeologico um officio meu, de profundo agradecimente pela subida honra do titulo, que se dignou conferir-me, de Socio Benemerito. E agora cumpro a promessa que então fiz, de remetter a V. S., como pedio-me em sua citada carta, uma informação por escripto sobre a fundação do mesmo Instituto.

« Quando aqui esteve o Dr. Ceciliano Mamede Alves Ferreira e conversando sobre o Archeologico fallou-me em attribuirem ahi a respectiva fundação uns ao Monsenhor Muniz Tavares, outros ao Major Salvador Henrique de Albuquerque e outros a mim, tive de narrar-lhe tudo o que houve e como se passou : pedio-me elle que lhe désse por escripto essas informações, pois as queria mostrar a V. S. e a outros socios, e na vespera de regressar repetio-me o pedido. Para satisfazel-o rascunhei uma carta, que aliàs deixei de enviar, porque, além de não gostar de fazer praça de actos meus, pareceu-me haver lhe dito quanto sufficiente para ficar elle formando o seu juizo e communical-o a seus amigos. Esse rascunho foi o que mostrei a V. S. quando tambem aqui esteve, e fallando-me sobre o que disséra o Dr. Mamede, conversámos sobre o assumpto.

« Mas agora remetto a V. S. uma copia dessa carta ; e a remetto, não só para satisfazer o pedido que de novo me faz V. S., como tambem porque, recebendo de Portugal, com sobrescripto para mim (remettido não sei por quem) um exemplar do periodico *A Provincia*, do Porto, com um artigo dando como fundadores do Instituto Archeologico a Monsenhor Muniz Tavares, a mim e a Antonio Herculano de Souza Bandeira, entendo que não devo levar a minha modestia ao ponto de deixar que com offensa da verdade historica vão surgindo e correndo mundo versões erroneas quanto a fundação do mencionado Instituto. O meu respeitavel amigo e compadre Monsenhor Muniz Tavares nunca foi o fundador do Instituto, nem tão pouco o Souza Bandeira, tambem meu amigo, que apenas compareceu ao acto da installação e a mui poucas sessões. Remetto a V. S, o referido periodico ; e peço-lhe que, depois de o mostrar aos nossos collegas do Instituto, m'o devolva.

« Tudo o que houve para a fundação do Instituto consta da minha dita informação, annexa a qual remetto em original a carta a que n'ella me referi, de Monsenhor Muniz Tavares, toda escripta de seu proprio punho, pela qual verá que não foi elle o fundador, nem o *Major Salvador auxiliado por quatro companheiros*, como

noticiara o *Diario de Pernambuco*, porém. eu *unido a bons amigos*.

« Nunca fiz alarde de alguns poucos serviços que tenho prestado ao meu paiz, n'essa e em outros provincias, nem jamais hei procurado que sejam elles apregoados. E uma prova disto é que, apezar do que em um discurso impresso mencionou o primeiro Bibliothecario da Bibliotheca Provincial de Pernambuco, Rodrigues dos Passos e do que, si me não engano, tambem mencionou em outro discurso o segundo Bibliothecario Padre-Mestre Lino do Monte-Carmello, muita gente ahi ignora que fui eu quem promoveu a creação da dita Bibliotheca, já como Deputado Provincial, apresentando o projecto que foi convertido na lei n. 293, de 5 de Maio de 1852, e já empregando toda a diligencia para que a mesma lei não ficasse lettra-morta, como outras ; assim fui eu quem formulou o primeiro regulamento ( de 19 de Agosto), quem organisou a lista das obras que o Presidente da Provincia mandou comprar por intermedio de nossas legações em Lisbôa e Paris, quem promoveu a acquisição de alguns livros, que ainda restavam, de uma Associação particular, que houvera, o *Gabinete Litterario*, e que existiam em uma sala na rua do Livramento confiados á guarda de João Francisco Bastos.

« D'esses e de outros serviços meus devem ainda existir ahi testemunhas ou pessoas que tiveram conhecimento.

« Como informação justa julgo ter satisfeito o desejo de V. S. e do nosso Collega Dr. Mamede, á quem terá a bondade de dar conhecimento da presente carta.

« Sempre ás suas ordens quem se présa de ser com toda a consideração. De V. S., amigo e criado obrigado.—*Joaquim Pires Machado Portella*. Rio de Janeiro, 25 de Outubro de 1886. »

—

« P S.—Tanto eu era tido e havido como o fundador do Instituto Archeologico que o Dr. João Francisco Duarte Junior, então Juiz de Direito de Garanhuns, escreveu-me em 21 de Dezembro de 1862 a carta, toda de lettra d'elle, que igualmente remetto a V. S., que depois

de a mostrar fará o favor de devolver-m'a. — *Portella.* »

—o—

« Illm. e Exm. Sr. Dr. Joaquim Pires Machado Portella.—Villa de Garanhuns, 21 de Dezembro de 1862. — Meu respeitavel Amigo Senhor e Collega.— Rendo a V. Exc. muitos agradecimentos pela benevolencia, nascida da honrosa amisade que V. Exc. me consagra desde ha tantos tempos e nunca falhada, com que acolheu o meu pedido, para admissão minha no sabio Instituto, feitura de V. Exc., bem como o foi a nossa Bibliotheca; resultando desse acolhimento a honra de pertencer eu a um gremio tão distincto.

« Nunca esperei menos de V. Exc., e se a mais tempo não cumpri com este dever para com V. Exc., foi porque ignorava o exito do meu pedido, bem que o esperasse favoravel.

« Conte V. Exc. sempre com a minha dedicação. Eu irei trabalhando e limando os meus *artigos*, verdadeiras locubrações; porque é mister aproveitar o diminuto tempo, que á noite me resta dos trabalhos do emprego, que teem avultado nesta quadra. Receio escrever asneiras e por este motivo tenho sempre pedido ao nosso collega Dr. Figueirôa que não os julgando dignos deixe de os dar a estampa.

« Offereci, entretanto, alguns autographos e antiqualhas que possuo, escriptos e annotados sobre tradições e historia deste centro, que tenho publicado em minhas missivas para o *Diario de Pernambuco*, desde 1853.

« Reconheço que não tenho merecimento na litteratura, mas póde acontecer que algum me proporcione com o estudo e vontade perseverante nesta especialidade. Tambem sou socio da S. A. da Ind. Nacional do Rio.

« Emfim, muito e muito grato me confesso ao meu digno e illustre amigo, e espero que opportunamente se digne de enviar o meu diploma, com a posse do qual, insisto, muito me honro.

« Tenho a honra de ser de V. Exc., amigo devotado, criado e collega obrigadissimo.— *João Francisco Duarte Junior.* »

--o—

« Illm. Sr. Major José Domingues Codeceira.—Trata o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano de tirar a limpo a historia real de sua fundação. Nesse trabalho que com toda competencia foi incumbido á V. S. vai por certo um elevado intuito da patriotica Associação que tendo por um de seus fins levantar e firmar as tradições, não deveria em caso algum deixar ao sabor, ou ao pasto das duvidas, das supposições e mesmo das phantasias a historia de sua fundação, que não póde ser-lhe cousa indifferente ou de somenos consideração.

E si hoje já essa historia se narra com infidelidade, amanhã será falseada e com mais espaço se affeiçoará a qualquer lenda fabulosa, si o patriotico Instituto em tempo não affirmar a verdade, restabelecendo-a em sua pureza, e assim desfazendo as invenções que já correm na imprensa, contradictorias e distanciadas da realidade.

No louvavel proposito de não faltar em seu trabalho á inteira verdade, dignou-se V. S. de entender-se commigo sobre o objecto de sua incumbencia, dando-me conhecimento ao mesmo tempo de uma carta informação, escripta pelo meu illustrado collega e venerando amigo o Exm. Sr. Dr. Joaquim Pires Machado Portella, visto sermos de presente os dous sobreviventes dos cinco iniciadores da referida fundação ; e me permittirá, portanto, que tambem offereça as seguintes linhas para orientação do trabalho de V. S., servindo-se de apresental-as ao Instituto como peça instructiva desse processo, uma vez que sobre o ponto principal da referida carta-informação as mesmas linhas se não accordão na exposição do facto e circumstancias que o precederam e determinaram a fundação do Instituto.

E'-me penoso, meu charo confrade, que n'esta averiguação o meu testemunho seja d'alguma sorte contra-

posto ao d'aquelle cavalheiro. Mas, em materia d'esta ordem a verdade historica deve sobrelevar a tudo; e tenho intima convicção de que esta simples rectificação não molestará a S. Exc., que sobrado jüs tem á gratidão e veneração do Instituto Archeologico Geographico Pernambucano.

Muito respeito e admiro o patriotismo do Exm. Sr. Dr. Joaquim Pires Machado Portella e não menos aprecio os seus serviços com referencia a fundação do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, na qual foi figura proeminente e posta em relevo pelos consortes na execução da idéa. Mas si essa idéa fôra preconcebida por S. Exc., si pelo seu grande amor á provincia de que somos filhos, e não menor dedicação aos estudos litterarios e historicos essa idéa de muito se constituira uma aspiração de seu espirito, é certo comtudo que até fins de 1861 não passava do periodo de elaboração subjectiva, ou por outra de um desejo que mesmo immenso, como era, e trabalhado por tantos motivos que enthusiasmavam a S. Exc. na contemplação dos incentivos a que allude em sua exposição, não tinha tomado a forma que accentua o facto.

Sem incorrer em plagiato, pois, outros porventura poderiam n'este assumpto ter a mesma idéa, e effectivamente, perante as tradições dos feitos dos nossos maiores, em face do desprezo por tantas riquezas archeologicas que possue a provincia, diante finalmente da existencia do Instituto Historico Geographico Brasileiro, na Côrte, essa idéa outros tambem a tiveram em seu pensamento, sem combinação, nem outra externação, é verdade, senão em palestras da intimidade de amigos que se davam ás lettras.

Foi assim que por aquelles tempos na Secretaria da Inspectoria da Instrucção Publica, que funccionava então no edificio actual da Faculdade de Direito, n'um certo dia, que a memoria não me tem presente, conversavamos já em reproducção de outras palestras semelhantes eu e o respectivo secretario, finado Major Salvador Henrique de Albuquerque, sobre tal assumpto mais largamente e com aspiração definida, quando entra o Dr. An-

tonio Rangel de Torres Bandeira e n'ella toma parte em inteira consonancia de pensamento e accordo de meios de execução.

— E porque não imitamos o Rio de Janeiro ? nos interrogámos.—O que outros fizeram porque não o faremos nós ?

A aspiração estava assim definida e a imitação foi o seu verbo e meio de impulsão nas dificuldades que se ostentaram. No entretanto, vencidos no animo dos tres esses obstaculos, levantou-se outro de ordem diversa mas de ponderação, as condições de nossa sociedade.

Por ingente a obra e por humildes os operarios que assim a concebiam, era isso circumstancia que impunha a necessidade de um nome prestigioso que por illustração, patriotismo e filiação legitima ás lettras relevasse a idéa no terreno pratico, a que ia ser atirada. E não custou esforço a descoberta desse nome, pois de prompto e só então declinou o Sr. Major Salvador o do Exm. Sr. Dr. Joaquim Pires Machado Portella, em cuja pessoa reuniam-se taes condições, accrescentando que a fundação de uma sociedade archeologica n'esta Cidade era pensamento do mesmo cavalheiro.

Era consequente de uma tal declaração pois, que procurassemos abrigar a idéa a essa sombra, que a cobriria na aceitaçao publica. Assim assentamos, e o referido Major Salvador ficou de entender-se a respeito com S. Ex., afim, de dar-lhe conhecimento do occorrido e solicitar-lhe o concurso auspicioso de exito.

Da forma por que o fez e de como expoz a occurrencia e nossas intenções em desempenho de sua commissão porém, não posso dar testemunho outro que não seja o presumivel em taes condições, em face do que combinaramos e de nada em contrario ter então transpirado, e e ao inverso convergir tudo para reconhecimento da filiação assignalada. Mas si essa presumpção contrasta com a versão expressa na carta imformação é certo todavia que após a palestra a que alludi e em seguida a entrevista do Major Salvador com o Exm. Sr. Dr. Joaquim Pires Machado Portella, collocou-se este a testa da patriotica empreza, reproduzio-se em esforços para reali-

sal-a e tudo fez n'este sentido como o *primus inter pares*, já com a associação do illustrado litterato Dr. José Soares de Azevedo, que, vindo por ultimo, esposou o pensamento com verdadeiro amor, alimentou-o com a sua seiva intellectual e servio-lhe com dedicação constante.

E, pois, nós os palestradores d'aquelle certo dia, em que nos fizemos a mencionada interrogação, nunca tivemos outra noção do facto diversa da exposta; e a referencia á minha co-participipação nessa obra, pela forma por que é feita, devo declaral-o, desvirtua os factos e desconhece a verdade historica.

Torres Bandeira e eu não fomos precisamente convidados nos termos indicados para fazer parte da commissão promotora da Sociedade; e signatarios da carta, sempre pareceu-nos que o fizeramos por direito proprio ou a titulo de uma certa paternidade commum ou collectiva, e jamais por deferencia aliás muito honrosa, do Exm. Sr. Dr. Joaquim Pires Machado Portella para com Torres Bandeira e do Sr. Major Salvador Henrique d'Albuquerque para commigo.

E nessa crença, pois sempre estive; e nem della podia ser desviado á vista dos factos narrados em seu principio originario e na successão de seus effeitos, e porque só agora são conhecidas as circumstancia constantes dé alludida informação e que destoão do meu asserto, que é no entretanto a expressão dos factos.

Teria acaso o resultado da palestra mencionada chegado a S. Ex. descorado pelo modo da transmissão ?

E' interrogação a que não sei, nem ainda poderia responder.

Mas, d'aquella minha crença, era uma affirmação a carta de convite para installação da sociedade, firmada em 7 de Janeiro de 1862 pelos cinco signatarios alludidos.. *Assim pensando, lembraram-se os abaixo assignados de promover a creação de uma sociedade sob o nome de Archeologica Pernambucana.*

Era-o tambem o discurso de installação pronunciado por S. Ex. em sessão de 27 de Janeiro do mesmo anno... *Cinco amigos cujo nomes não nos são estranhos, tivemos a honra de fazer um appello.*

Era-o ainda o discurso proferido pelo Exm. Presidente eleito Monsenhor Francisco Muniz Tavares na sessão de posse em 21 de Setembro do dito anno... *Louvores mil aos cidadãos prestantes que tiveram a primeira lembrança e souberam realisal-a.*

O almanak desta provincia do anno de 1869 a pag. 154, em noticia desenvolvida sobre o Instituto, diz o seguinte : «A creação deste Instituto partio dos Srs. Drs. Joaquim Pires Machado Portella, José Soares de Azevedo, Antonio Witruvio Pinto Bandeira e Accioli de Vasconcellos, Dr. Antonio Rangel de Torres Bandeira e Major Salvador Henrique d'Albuquerque, nascendo a respectiva idéa de uma pratica intima dos mesmos Srs. acerca das cousas patrias ; e assentado entre elles dar existencia a lembrança por meio da inauguração de um centro social que se applicasse a colher e a perpetuar... etc., trataram de fazel-o endereçando convite neste sentido as pessoas que por sua posição e merito litterario poderiam aviventar a idéa, animal-a e sustental-a em seu desenvolvimento pratico... »

Isso escreveu-se em data approximada aos acontecimentos na provincia e ainda em plena existencia dos cavalheiros indicados sem contestação e por conseguinte com assentimento ao historico da creação traçado na mesma noticia.

Ao concluir esta exposição, meu illustre confrade, devo tornar saliente que nella não tive em vista abrir discussão com a apreciação de incidentes e moralisação de factos, e o que da mesma exposição possa assemelhar-se com isso, do estudo attento ver-se-ha que nella tem representação forçada e necessaria por sua connexidade com as circumstancias dos factos narrados. Simplesmente foi meu fim, correspondendo ao seu appello assignalar como nasceu o Instituto, ou as condições com que teve lugar o seu advento, para que fique averiguado o ponto relativo ao modo de sua fundação.

Esta como facto não póde real e legitimamente ser attribuida a um agente singular : é obra collectiva sem precedencia ou primazia assignalada.

A idéa poderiam tel-a todos os cinco consortes da

execução simultaneamente ou uns primeiro que outros; e ficando esse trabalho psycologico até então no puro dominio da consciencia de cada um, o isochronismo da execução, quando elle teve manifestação, exclue a prioridade deste com referencia áquelle para não estabelecer no caso a existencia de um unico fundador, qualidade que não póde determinar-se pela preeminencia, pelo lugar de relevancia, em que com justa causa foi collocado um dos referidos consortes cooperadores do Instituto Archelogico e Geographico Pernambucano.

Com toda estima e devida consideração assigno-me. —De V. S. amigo e attencioso criado obrigado.—Recife, 10 de Novembro de 1887.—*Antonio Witruvio Pinto Bandeira e Accioli de Vasconcellos.*

## PARECER DA COMMISSÃO

« O Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, rendendo hoje a devida homenagem ao iniciador da sua fundação, escreve a primeira pagina de sua historia, resolvendo uma questão agitada por diversas vezes e cuja solução nos incumbimos de resolver, firmados em documentos e tradições historicas.

« Aquelles que primeiramente se congregaram para a fundação d'este Instituto estavam possuidos tão somente do ardente desejo de levarem a effeito a idéa que tinham em mente, confundindo os esforços, e trabalhando unicamente pelo exito, modestamente, com a divisa —*de todos por um e um por todos*—o que deu lugar a serem pouco depois apontados indistinctamente como iniciadores, destacando-se qualquer d'elles conforme a affeição com que se fazia referencia.

« Realmente todos os que concorreram para aquelle desideratum, merecem a nossa gratidão, devem ser considerados como fundadores, mas a justiça reclama que se destaque o nome d'aquelle que foi o iniciador,

d'aquelle que empregou os meios para realisação do projecto.

« Se o Instituto dedica-se especialmente a investigações do passado, as inscripções, a narração de factos, as datas e aos nomes dos que tomaram parte mais proeminente nos acontecimentos, não podia deixar pairar duvidas sobre sua propria historia, sua origem, nem deixar cahir em olvido os nomes d'aquelles a quem tanto deve.

« O entranhado amor patrio que tanto caracterisa o brazileiro, a riqueza d'esta provincia em acontecimentos historicos, podendo-se dizer, como já o fez um orador n'este recinto, que não ha um local importante cujo nome sendo uma designação geographica ao mesmo tempo não recorde um facto nacional, não podia deixar de encaminhar áquelles que se dedicam aos estudos historicos a reunirem-se em associações, quer para averiguação das verdades historicas, pela multiplicação dos elementos de acção, quer finalmente para servir de repositorio do resultado do esforço collectivo.

« O trabalho individual appareceu primeiramente ; tivemos muitos dedicados investigadores, porém, não podiam elles lutar isoladamente, viam-se em serias difficuldades que só podiam ser superadas por uma associação.

« Antonio Joaqnim de Mello foi um dos investigadores a quem mais gratidão é devida pela posteridade, e cujos esforços eram admirados; mas o peso dos annos e os revezes da vida acabaram por enfraquecer a rija tempera d'aquella alma patriotica.

« Os contemporaneos dos acontecimentos historicos da ultima phase da transformação da nôssa sociedade politica, quando deu-se a separação da metropole portugueza, abeiravam-se do tumulo, e era necessario tornar inolvidaveis as narrativas do que tinham sido testemunhas.

« Monsenhor Francisco Muniz Tavares, uma das gloriosas reliquias da revolução de 1817 e da constituinte portugueza, e o Dr. Felippe Menna Callado da Fonseca, secretario do governo provisorio de Goyanna em 1821, eram dois dos que mais se destacavam.

« Ao mesmo tempo entristecia ver o modo por que desappareciam muitos documentos historicos, e outros serem remettidos para fóra da provincia, reduzindo-se ao depois à trevas a nossa historia.

« A consequencia era facil de prevêr, começaram os pernambucanos a vêr deturpar sua historia, surgindo uma historia cortezã, como sôe acontecer aos movimentos politicos que não alcançam victoria, e são estudados pelos bafejados dos vencidos.

« Até quanto a algumas inscripções, que traziam luz para oe sclarecimento de factos hoje litigiosos, já outras provincias possuiam copias d'ellas, quando aqui eram desconhecidas, como a do palacio dos antigos governadores em Olinda, remettida ao Instituto Historico Brazileiro pelo Sr. Visconde do Porto Seguro ; e somente depois de fundado o Instituto foi que conseguio o retorno da lapida com essa inscripção, e hoje está em nosso muzeu, pela offerta que d'ella lhe fez o major Gustavo José do Rego, em poder de quem se achava.

« Finalmente aquelles mesmos que desejavam trabalhar, embora isoladamente nas investigações historicas, e que escreviam memorias, mandavam o fructo de suas locubrações para alheias terras, como deu-se com o conego Lino do Monte Carmello.

« Tudo isto provava a necessidade da installação d'uma sociedade desta ordem.

« A existencia da fundação de um Instituto Historico e Geographico no Rio de Janeiro incitava alguns dos nossos homens de lettras o desejo da fundação de uma igual sociedade nesta provincia, e disto se tratava em palestra na secretaria da Instrucção Publica e até pela imprensa ; mas nenhum se animava a tomar a iniciativa da execução da idéa pela sua gravidade ; finalmente raiou o dia em que ella devia ser executada.

« Um dos espiritos cultivados, que mais trabalhou pelo progresso intellectual d'esta provincia, como de outras do Imperio e que mais concorreu para o primeiro e forte incremento da intrucção publica, o Dr. Joaquim Pires Machado Portella, foi o iniciador da realisação da

idéa, o que tomou sobre seus hombros a pesada e espinhosa tarefa da fundação do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, associando-se a elle os Drs. Antonio Rangel de Torres Bandeira, Antonio Witruvio Pinto Bandeira e Accioly de Vasconcellos, José Soares de Azexedo e major Salvador Henrique de Albuquerque, pondo-se o Dr. Portella a testa da empreza como o *primus inter pares*.

« Os factos a que acima nos referimos causavam-lhe impressão no espirito; mas elle não era homem de animo fraco para recuar ante embaraços; entretanto a experiencia da organisação de associações que, não obstante serem de real utilidade, definhavam senão desappaciam, quando lhes faltava a protecção official o aconselhou a andar com prudencia e acercar-se de companheiros dedicados e valiosos como eram aquelles a quem se tinha associado.

« Então o Dr. Joaquim Portella desempenhava n'esta provincia as funcções de director da intrucção publica; e se o major Salvador H. de Albuquerque, secretario d'aquella repartição, enthusiasta pelos negocios patrios, era seu auxiliar nos deveres de seu cargo official, tambem havia de sel-o na patriotica jornada, como effectivamente o foi, logo que o Dr. Joaquim Portella lhe deu parte da execução do projecto.

« A 7 de Janeiro de 1862 foi distribuida a carta de convite, tendo sido o Dr. Portella não só o primeiro signatario como o seu relator; mas não obstante, tanto o Dr. Portella como o major Salvador foram pessoalmente reiterar os convites e insistir pelo comparecimento dos convidados. Esta carta acha-se publicada no n. 2 da Revista do Instituto a pag. 59; a narração desses factos além de existir no archivo a prova delles, nos foi referida por mais de uma vez pelo proprio major Salvador e Dr. Witruvio, um dos fundadores que ainda sobrevive.

« O Dr. Portella, não só presidio as sessões preparatorias, desde a primeira em que convidou para secretarios o Dr. Torres Bandeira e major Salvador, nomeando uma commissão composta dos Drs. Antonio Vicente

do Nascimento Feitosa, José Soares de Azevedo e Joaquim de Sousa Reis para organisar os estatutos, como foi ainda o que presidio a sessão da installação, na qual proferio o discurso de abertura ou inauguração ; assim como presidio a sessão de posse dos membros que já haviam sido eleitos para a mesa administrativa. o que tudo consta, não só das actas dos sessões do Instituto, como do que corre impresso no primeiro numero da sua Revista.

« Recusou-se, porém, e Dr. Portella á ser o presidente definitivo, por entender que, para este cargo, devia ser escolhida uma pessoa que tivesse um nome glorioso como o monsenhor Francisco Muniz Tavares, cuja illustração, posição social, idade e prestigio, muito concorreria para a estabilidade e realce do Instituto, ao que foi objectado unicamente o isolamento ou desprendimento da sociedade a que se tinha votado aquelle venerando cidadão,—tanto que não tinha respondido ao convite que lhe tinha sido dirigido.

« De feito, desde que Monsenhor Muniz Tavares havia-se recolhido ao retiro de sua chacara em Parnameirim, renunciando o cargo de presidente da junta administrativa dos estabelecimentos de caridade considerava-se como tendo morrido para o mundo, apenas cuidava de sua alma, segregado completamente da sociedade ; mas foi ainda o Dr. Portella, que sendo amigo intimo de Monsenhor Muniz Tavares, invocou o seu patriotismo fazendo vibrar a corda que vigorosamente predominava no coração patriotico d'aquelle bom velho, e conseguio que elle acceitasse a presidencia do Instituto, lugar que occupou até fallecer.

« O Dr. Portella foi o primeiro vice-presidente eleito. O dia 28 de Ianeiro foi escolhido para a installação do Instituto, por ser esse dia anniversario d'aquelle em que, sendo restaurada esta provincia do dominio hollandez, fez nesta cidade a sua entrada triumphal o general Francisco Barreto de Menezes, isto como uma recordação historica, e por indicação do major Salvador ; e a denominação de archeologico foi dada por indicação do Dr. José Soares de Azevedo.

« Esta denominação dada ao Instituto mostra que seus fundadores não procuraram um estreito molde para a sociedade ; não pretendia limitar-se ao trabalho dos antigos chronistas pois que visavam um mais vasto campo de exploração.

« Das simples pesquisas historicas, das investigações dos documentos escriptos como estudo do passado, a sciencia tem alargado o campo ; passou as raias que tinham sido traçadas como limite ou termo ao conhecimento das sociedades primitivas e interrogando aos monumentos informes para alguns e sem significação para muitos, que deixaram os primeiros povos, foi reconstituindo a historia esquecida, fazendo surgir a archeologia com as provas da existencia e modos de vida dos povos prehistoricos.

« Se grande messe tem offerecido a America em geral aos trabalhos archeologicos. no Brazil ainda tudo estava inexplorado, e ainda hoje com excepção dos estudos do Dr. Ladisláo Netto desentranhando do valle do Amazonas e lendo nos vasos que alli estavam soterrados a historia de povos aborigenes, pode-se affirmar que pouco mais se tem feito do ques incompletas escavações nos archivos.

« Tão agigantado plano para o Instituto foi a execução pelos seus fundadores, como claramente o exprime a denominação proposta pelo Dr. José Soares de Azevedo, traduzindo o pensamento de seus companheiros.

« A dedicação do Dr. Portella pelo Instituto nunca arrefeceu, e só póde ser comparada ao amor de pae carinhoso e desvellado. Emquanto aqui residio sempre foi eleito seu primeiro vice-presidente, sendo assiduo em seus trabalhos.

« Ao retirar-se para a côrte, o Instituto lhe conferio o titulo de socio honorario, mencionando no officio de communicação ser :— como prova de grande apreço em que tinha os seus serviços *como seu fundador*, etc.

« O officio foi firmado pela mais valiosa e insuspeita testemunha o major Salvador Henrique de Albuquerque, e quando o Instituto fez a ultima reforma de

seus estatutos, na qual admittio o titulo de socio benemerito para ser conferido áquelles socios que se distinguissem pelos seus serviços e dedicação, o Dr. Portella foi ainda laureado com o titulo de socio benemerito, reconhecendo o Instituto por mais uma vez os seus servi, ços e merecimentos.

« Na verdade a sua dedicação tem sido sem limitesa não cessa de remetter continuadamente importantes publicações que se tem feito na côrte e copias de documentos extrahidos por sua propria lettra do Archivo Publico, de que é digno director, concorrendo poderosamente para que se enriqueça o seu archivo e bibliotheca.

« Ante tão inconcussas provas, nenhuma duvida deveria surgir de quem fosse o fundador do Instituto ; entretanto o *Diario de Pernambuco* de 25 de Outubro de 1875, e o jornal A *Provincia* de 26 do mesmo mez e anno, annunciando o fallecimento de Monsenhor Francisco Muniz Tavares, disseram ter sido elle o fundado, do Instituto, o que deu lugar ao major Salvador levantar-se da sua cadeira para protestar neste recinto contdo semelhante noticia, na sessão de 18 de Novembro do mesmo anno ; protesto que declarou fazer por amor á verdade historica, como consta da respectiva acta, que fo publicada no mesmo *Diario*.

« Ainda, por occasião do fallecimento do major Salvador Henrique de Albuquerque, disse o mesmo *Diario*, ao dar essa noticia, que tinha sido elle o fundador do Instituto, sendo que « *desde 1860 germinava essa idéa que afinal conseguira realizar auxiliado por mais quatro cavalheiros.*

« Se o proprio major Salvador se podesse levantar da campa em que o encerraram, estamos certos, que elle viria de novo protestar neste recinto contra a veracidade d'aquella noticia, por amor a verdade historica, como já o hav.a feito.

« Não foi somente o *Diario de Pernambuco* e o jornal *Provincia* os que attribuiram erradamente a fundação do Instituto a diversos ; esse erro transpoz o *oceano* e foi repercutir em Portugal no periodico *Pro-*

*vincia* de 10 de Agosto do 1886, que se publica na cidade do Porto no qual se lê « *que em 1862 os Drs. Joaquim Pires Machado Portella, Antonio Herculano de Sousa Bandeira e monsenhor Muniz Tavares crearam o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano* » !

« Temos dito quanto basta para que d'ora em diante se não reproduzam taes erros, e fique de uma vez para sempre consignado e registrado nos annaes do Instituto que elle deve a sua fundação aos cinco patriotas : Drs. *Joaquim Pires Machado Portella, Antonio Witruvio Pinto Bandeira e Accioli de Vasconcellos, Antonio Rangel de Torres Bandeira, José Soares de Azevedo e major Salvador Henrique Albuquerque* ; cabendo a gloria da iniciação e realização da idéa ao Dr. *Joaquim Pires Machado Portella.*

O Instituto, desejando manifestar seu reconhecimento para com o iniciador de sua fundação, assim como perpetuar seu nome, resolveu mandar collocar no salão de honra o retrato do Dr. Joaquim Pires Machado Portella ; incumbindo-nos de colher as provas e fazer uma resenha dos esforços por elle empregados para a installação deste Instituto, commissão de que vimos hoje dar conta, pedindo-vos desculpa se porventura não correspondemos aos vossos intuitos ; assegurando-vos que para o conseguir não nos faltou boa vontade, nem poupamos esforços.

Recife, 24 de Novembro de 1887.

*José Domingues Codeceira.*
*Ceciliano Mamede Alves Ferreira.*

